

INFORMATIVO DO PODER JUDICIÁRIO DO CEARÁ / JANEIRO DE 2023

JUDICIÁRIO

em revista



Magistradas assumem papéis
de destaque na Justiça cearense

*Humanização,
gestão e tecnologia*

Vice-Presidência

Trabalhos promovem um TJCE
mais eficiente

PG. 58

Corregedoria

Iniciativa proporciona cidadania à
população em situação de rua

PG. 60

apresentação

O Judiciário cearense, ao longo dos últimos dois anos, vem ampliando a representatividade feminina. O crescente número de magistradas ocupando cargos de desembargadoras reflete o papel de destaque que as mulheres exercem na sociedade atual. Elas agregam um tom mais acolhedor e acessível, indispensáveis ao serviço público. É o que veremos nesta edição: um Tribunal de Justiça mais representativo, empático e humanizado.

No período, foram necessárias adaptações por uma pandemia ainda em alta, que trouxe desafios para um Judiciário que buscou sempre estar próximo do cidadão. Audiências virtuais ganharam força, ao mesmo tempo que o trabalho presencial foi sendo retomado. Hoje, as mudanças ocasionadas pelo distanciamento social deixaram benefícios permanentes, que agilizam o andamento de processos.

Destacamos também a inclusão e a acessibilidade, com ações que proporcionam conhecimento e cidadania. O aumento no número de servidores e a valorização do trabalho realizado por eles mostram a humanização essencial para uma gestão mais integrada.

Além disso, apresentaremos um Judiciário mais modernizado, com o incremento da tecnologia na condução das atividades exercidas por magistrados, servidores e colaboradores, impulsionando e otimizando a prestação jurisdicional. Fique por dentro das nossas iniciativas e boa leitura.

José Ilo Santiago Júnior

Assessor de Comunicação do TJCE

SUMÁRIO

HUMANIZAÇÃO

- 08 HUMANIZAÇÃO VALORIZA USUÁRIOS DA JUSTIÇA
- 12 A SENSIBILIDADE ALÉM DO OUVIR
- 16 UM ATO DE AMOR AMPARADO PELA LEI
- 20 OUVIDORIA SE DESTACA COMO UM IMPORTANTE MECANISMO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL
- 22 QUANDO É PRECISO ROMPER CORRENTES PARA SER FELIZ

GESTÃO

- 26 NÚMERO DE DESEMBARGADORAS CRESCE 50% EM DOIS ANOS NO TJCE
- 31 BEM-VINDOS AO FUTURO
- 36 NOVOS FÓRUNS LEVAM MAIS CONFORTO À POPULAÇÃO
- 40 RECONSTRUÇÃO DO PALÁCIO DA JUSTIÇA CONTEMPLA ACESSIBILIDADE, SEGURANÇA E SUSTENTABILIDADE
- 44 JUSTIÇA PRIORIZA ATENDIMENTO NO INTERIOR COM INAUGURAÇÃO DE NÚCLEOS DE CUSTÓDIA E NOVAS VARAS

- 46 ATUAÇÃO DE NÚCLEOS PROMOVE MAIOR CELERIDADE PROCESSUAL
- 50 RECORDE DE PRODUTIVIDADE
- 52 RETORNO DAS SESSÕES PRESENCIAIS PROPORCIONA AUMENTO DA PRODUTIVIDADE NO JÚRI
- 56 JUDICIÁRIO CEARENSE REFORÇA CAPACIDADE DE ATENDIMENTO COM NOVOS MAGISTRADOS E SERVIDORES
- 58 VICE-PRESIDÊNCIA FORTALECE PROGRAMA DE CELERIDADE E PRODUTIVIDADE NO 2º GRAU
- 60 CORREGEDORIA-GERAL LEVA CIDADANIA À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
- 64 ESMEC: MELHORIAS ESTRUTURAIS E TECNOLÓGICAS FORTALECEM CAPACITAÇÕES
- 68 COMISSÃO DE TRANSIÇÃO MAPEIA ÁREAS E DEFINE PLANEJAMENTO PARA A PRÓXIMA GESTÃO

TECNOLOGIA

- 70 VIDEOCONFERÊNCIAS PROPORCIONAM MAIOR CELERIDADE ÀS RESOLUÇÕES DE CONFLITOS
- 72 TECNOLOGIA APRIMORA SERVIÇOS E AGILIZA ROTINAS PROCESSUAIS
- 74 EXPANSÃO E NOVOS RECURSOS DO PJE IMPULSIONAM TRANSFORMAÇÃO DIGITAL
- 77 APLICATIVO AGILIZA ATENDIMENTOS DE JUIZADO MÓVEL EM CASO DE ACIDENTES DE TRÂNSITO

DESEMBARGADORES DO TJCE



Desa. Maria Nailde Pinheiro Nogueira

PRESIDENTE



Des. Antônio Abelardo Benevides Moraes

VICE-PRESIDENTE



Des. Paulo Airton Albuquerque Filho

CORREGEDOR-GERAL



Des. Fernando Luiz Ximenes Rocha



Des. Carlos Alberto Mendes Forte



Desa. Maria Iracema Martins do Vale



Des. Teodoro Silva Santos



Des. Emanuel Leite Albuquerque



Desa. Maria Iraneide Moura Silva



Des. Paulo Francisco Banhos Ponte



Des. Luiz Evaldo Gonçalves Leite



Des. Durval Aires Filho



Desa. Maria Vilauba Fausto Lopes



Des. Francisco Gladysson Pontes



Desa. Lisete de Sousa Gadelha



Des. Francisco Darival Beserra Primo



Des. Raimundo Nonato Silva Santos



Des. Francisco Bezerra Cavalcante



Desa. Maria Edna Martins



Des. Inácio de Alencar Cortez Neto



Des. Mário Parente Teófilo Neto



Des. Washington Luis Bezerra de Araújo



Desa. Tereze Neumann Duarte Chaves



Des. José Tarcílio Souza da Silva



Des. Carlos Augusto Gomes Correia



Desa. Maria de Fatima de Melo Loureiro



Des. José Evandro Nogueira Lima Filho



Desa. Lígia Andrade de Alencar Magalhães



Desa. Maria Inna Lima de Castro



Desa. Lira Ramos de Oliveira



Desa. Rosilene Ferreira Facundo



Des. Heráclito Vieira de Sousa Neto



Desa. Jane Ruth Maia de Queiroga



Des. Francisco Carneiro Lima



Desa. Andréa Mendes Bezerra Delfino



Des. Francisco Mauro Ferreira Liberato



Desa. Silvia Soares de Sá Nóbrega



Desa. Marlúcia de Araújo Bezerra



Des. André Luiz de Souza Costa



Des. Henrique Jorge Holanda Silveira



Des. Everardo Lucena Segundo



Des. Sérgio Luiz Arruda Parente



Desa. Vanja Fontenele Pontes



Des. Francisco Luciano Lima Rodrigues



Des. José Lopes de Araújo Filho



Desa. Maria do Livramento Alves Magalhães



Des. Francisco Eduardo Torquato Scorsafava



Des. José Ricardo Vidal Patrocínio



Desa. Ângela Teresa Gondim Carneiro Chaves



Desa. Maria das Graças Almeida de Quental



Des. Benedito Helder Afonso Ibiapina



Desa. Joriza Magalhães Pinheiro

GESTÃO DO JUDICIÁRIO - BIÊNIO 2021 - 2023

JUÍZES AUXILIARES

Presidência



Ricardo Alexandre Costa



Flávia Setúbal



Joriza Magalhães Pinheiro
(Janeiro de 2021 a janeiro de 2022)



Emílio de Medeiros Viana

Vice-Presidência

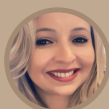


Cláudio Ibiapina



Marcelo Roseno

Corregedoria-Geral



Fabiana Silva Félix



Josué de Sousa Lima Júnior



Fernando Teles de Paula Lima



Luís Montezuma Herbster



Francisco Gladyson Pontes Filho

JUÍZES DIRETORES



Ana Cristina de Pontes Lima Esmeraldo
(Diretora do Fórum Clóvis Beviláqua)



Sirley Cíntia Pacheco Prudêncio
(Diretora do Fórum das Turmas Recursais)



Edson Feitosa dos Santos Filho
(Vice-Diretor do Fórum Clóvis Beviláqua)

EQUIPE TJCE



Nilsiton Aragão
(Superintendente da Área Judiciária)



Marcelo Bezerra de Moura Fontenele
(Secretário Judiciário de 1º Grau)



Sérgio Mendes
(Superintendente da Área Administrativa)



Pedro Sampaio
(Secretário de Administração e Infraestrutura)



Rodrigo Xenofonte
(Consultor Jurídico)



Camila Alencar
(Secretária de Planejamento e Gestão - Jan/2021 a Mai/2021)



Daniel Teles
(Secretário Judiciário de 2º Grau)



Marcelo Maia
(Secretário de Planejamento e Gestão)



Denise Norões
(Secretária de Tecnologia da Informação)



Coronel Álvaro Júnior
(Chefe da Assistência Militar)



Marcus Coelho
(Secretário de Finanças)



Rômulo Pinheiro Ribeiro
(Auditor-Chefe de Controle Interno)



Vlândia Santos Teixeira
(Secretária de Gestão de Pessoas - Jan/2021 a Mai/2022)



Solange Menezes
(Juíza supervisora da Secretaria Judiciária de 1º Grau)



Felipe Mourão
(Secretário de Gestão de Pessoas)



Renato Esmeraldo
(Juiz diretor da Secretaria Judiciária de Crajubar)



Ilo Santiago Júnior
(Chefe da Assessoria de Comunicação Social)



Sílvio Ribeiro
(Chefe da Assessoria de Cerimonial)

expediente

JUDICIÁRIO EM REVISTA

Publicação do Poder Judiciário do Ceará, produzida pela Assessoria de Comunicação Social

EDITOR-CHEFE

Ilo Santiago Jr.

EDITORAS EXECUTIVAS

Camilla Carneiro e Emanuely Neri

REVISÃO

Francisco José Rosa e Karine Holanda

COORDENADOR DA ÁREA GRÁFICA DE APOIO OPERACIONAL DA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Rômulo Cidrão

PROJETO GRÁFICO/ DIAGRAMAÇÃO / TRATAMENTO DE IMAGENS

Hugo Monteiro, Rannjon Mikael, Renato Gurgel e Benes

FOTOGRAFIA

Calvin Penna, Paulo Oliveira e Rannjon Mikael

IMPRESSÃO

Parque Gráfico do Poder Judiciário do Ceará

Humanização valoriza usuários da Justiça



Atendimento CAJ Mulher

O Judiciário cearense oferece atendimento mais acolhedor e empático ao cidadão, buscando entender as suas dores e necessidades

Emanuelly Neri

As Centrais de Atendimento Judiciais (CAJs) do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) registraram, em 2022, um aumento do índice de satisfação popular com os serviços prestados ao cidadão. A aprovação chegou a 99%. Através dos canais TeleJustiça, WhatsApp Business, E-Mail, Balcão Virtual, CAJ Remoto, CAJ Presencial e CAJ Mulher, o Judiciário estadual realizou, no biênio 2021-2023, um total de 961.087 atendimentos.

O aumento de satisfação se justifica por um dos principais pilares que norteia a atual gestão: a humanização. Dessa forma, o cidadão é bem acolhido, além de ter suas demandas atendidas com maior celeridade. “Na maioria das vezes, ao buscar a Justiça, a pessoa

encontra-se fragilizada e insegura. A forma como ela é amparada faz toda a diferença. Portanto, oferecer um atendimento humanizado é dever de toda instituição pública”, enfatiza a presidente do TJCE, desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira.

Entre os serviços ofertados, estão a consulta de informações sobre processos da Justiça estadual e Juizados Cíveis e Criminais; emissão de senhas processuais de ações que tramitam nas Comarcas de Fortaleza, Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha, além de senhas de processos do 2º Grau; orientações nas emissões de certidões e de custas judiciais; e instruções sobre o procedimento necessário para autorização de viagem.

ATENDIMENTO ESPECIALIZADO

Com importante visibilidade na administração, a mulher também teve destaque no atendimento. Em dezembro de 2021, foi implementada a Central de Atendimento Judicial com serviço especializado para o público feminino, a CAJ Mulher. No primeiro ano de funcionamento, foram 10.984 atendimentos. Por telefone, a equipe identifica a demanda, repassa as informações sobre o procedimento que deve ser adotado e fornece todo o suporte, com o devido acolhimento necessário. Em alguns casos, são fornecidos os contatos de órgãos que podem auxiliar as vítimas, como Delegacias de Defesa da Mulher, Casa da Mulher Brasileira e, se houver ação, dos juizados e das varas. Para informações sobre processos de violência doméstica e familiar, em regra, é preciso se identificar ao atendente, porque os casos tramitam em segredo de Justiça. Quando se trata de denúncias, são repassados os números 190 (Polícia) ou 180 (Central de Atendimento à Mulher).

“O Judiciário cearense tem procurado se especializar cada vez mais de acordo com as necessidades que nos são apresentadas. Criamos um atendimento especializado para advogados, mulheres e pessoas com dificuldades no manuseio de tecnologias. Também estamos planejando novos canais em breve, tudo para tornar nosso atendimento cada vez mais efetivo, com acolhimento e humanização dignos de nossa sociedade”, destaca o diretor Estadual de Atendimento do TJCE, Nelson Nogueira.



INCLUSÃO

Para garantir a acessibilidade das informações produzidas pelo Judiciário cearense, especificamente para pessoas com deficiência auditiva (surdos), em outubro de 2022, o TJCE contratou quatro tradutores e intérpretes de Libras. Os profissionais estão atuando nas sessões do Tribunal Pleno, Órgão Especial, Câmaras e Seções de Direito Público, Privado e Criminais, além de eventos e atividades transmitidos por aplicativos oficiais do TJCE, como YouTube e Instagram, coordenados pela Assessoria de Comunicação Social. “A função reforça três pontos fundamentais: o reconhecimento da luta da comunidade surda, que é histórica; a valorização da profissão, trazendo visibilidade; além da inclusão, com o direito ao acesso à Justiça e à cidadania”, reforça o intérprete Antônio Marques. Também compõem a equipe Ismael Nascimento, Kalinca Cruz e Jaqueline Cavalcante.



SERVIÇOS

Telejustiça: (85) 3108-2000

CAJ: cajfortaleza@tjce.jus.br

Urgências: WhatsApp (85) 98869-1236

Emissão de Senhas: WhatsApp (85) 98732-2127

Balcão Virtual: <https://vdc.tjce.jus.br/SALACAJ01>

ACESSIBILIDADE

Levar conhecimento e cidadania para todos. Esse é o objetivo do projeto Justiça de Olhos Abertos, iniciativa lançada pelo TJCE em dezembro de 2022, pioneira no Judiciário brasileiro. Trata-se de uma parceria do Tribunal com a Sociedade de Assistência aos Cegos do Ceará (SAC) para promover a acessibilidade de estudantes cegos ou com baixa visão. Entre as ações, está a produção e distribuição de 330 cartilhas em braile, com informações relevantes sobre o papel, as funções e o trabalho realizado pelo Judiciário estadual.

O projeto beneficia um total de 197 estudantes cegos, sendo 24 do Infantil ao Fundamental I e II; 123 alunos cegos reabilitados; e 32 com baixa visão do Infantil ao Fundamental I e II do Instituto dos Cegos. Também tem a finalidade de despertar neles o interesse e a vocação para seguirem carreira dentro do universo jurídico, seja como juízes, promotores, advogados, entre outros cargos. “É uma semente que plantamos hoje, e, quem sabe no futuro, juízes e servidores poderão sair daqui. Afinal, tudo é possível aos que acreditam, e nós acreditamos no trabalho que a Sociedade de Assistência aos Cegos vem realizando ao longo desses 80 anos de funcionamento”, diz a presidente do TJCE.

“É uma iniciativa maravilhosa do Tribunal de Justiça. Espero que outras instituições trabalhem nesse sentido para que a gente cresça mais ainda. Para os cegos esta ação é um ganho e crescimento muito grandes”, reconhece a presidente da SAC, Maria Lizélia Sá e Almeida Soares.

Segundo o coordenador de Projetos da SAC, professor Paulo Roberto, a ação vai contribuir muito para o desenvolvimento educacional dos estudantes cegos na área de Direito. O Judiciário cearense não está só com os olhos abertos, mas também com coração aberto para a causa da pessoa com deficiência”.

PORTAL

Outra Iniciativa inédita lançada pelo TJCE para facilitar a vida das pessoas cegas e com baixa visão que precisam acessar as notícias publicadas no Portal do Tribunal é o aplicativo de audiodescrição. A ferramenta foi instalada em setembro de 2021 pela Secretaria de Tecnologia da Informação para fazer a leitura do conteúdo jornalístico produzido pela Assessoria de Comunicação do Judiciário estadual. ■





Aluno conhece funções do Judiciário através da cartilha em braile

A sensibilidade além do ouvir

O número de salas de Depoimento Especial em comarcas do Interior cresceu cinco vezes no Biênio 2021-2023

Talita Silva

Brinquedos, livros de contos de fadas, papel para colorir e lápis de cor. Os objetos, que são disponibilizados nas salas de Depoimento Especial, remetem à infância: a etapa da vida em que a proteção, a alegria e a diversão deveriam ser a regra. Criar um espaço que proporcione uma experiência aconchegante para crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, mesmo quando os motivos que as levaram ao ambiente sejam lamentáveis e delicados, foi prioridade para o Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) nos últimos dois anos. Nesse período, o número de salas de Depoimento Especial no Judiciário cearense aumentou em mais de cinco vezes, passando de três para 20 o total de espaços que contarão com estrutura adaptada para oferecer um atendimento acolhedor, com mobília, equipamentos e decoração voltados ao bem-estar das vítimas e das testemunhas.

Todas as 17 novas salas de Depoimento Especial foram implantadas em comarcas do Interior, sendo elas: Crateús, Acopiara, Canindé, Itapipoca, Santa Quitéria, São Benedito, Sobral, Senador Pompeu, Morada Nova, Tauá, Pacatuba, Quixelô, Ibicuitinga, Aurora, Ibiapina, Caucaia e Uruburetama. Os três espaços que já realizavam as oitivas funcionam no Fórum Clóvis Beviláqua, sendo um exclusivamente para os processos que tramitam na 12ª Vara Criminal de Fortaleza, especializada em crimes

contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes. Além disso, outras 23 comarcas também passarão a contar com o espaço desenvolvido para o trabalho, todas já agendadas e com previsão de instalação até 2024.

CRESCIMENTO DE AUDIÊNCIAS

Além do aumento do número de salas, também houve acréscimo no quantitativo de audiências realizadas. Em 2021, ocorreram 280 oitivas no Estado, considerando que não houve atendimento presencial até julho (em Fortaleza) e até agosto (no Interior). Em 2022, foi possível regularizar o atendimento e foram realizados cerca de 830 agendamentos no Interior e quase 480 na Capital.

A chefe do Judiciário cearense, desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira, ressalta a importância de disponibilizar espaços adequados ao Depoimento Especial em fóruns do Interior. “Trata-se de um olhar especial para essas crianças e jovens. Ele se sentirá à vontade para conversar com uma autoridade, tornando a sessão mais produtiva e menos traumática para quem vivenciou um crime, seja na condição de vítima ou de testemunha.”



Há três anos, a psicóloga Luciana Milfont atua como entrevistadora forense

Depoimento Especial é o nome do procedimento humanizado utilizado para ouvir crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de toda e qualquer violência, principalmente, a sexual. A conotação do termo empregado nesta modalidade de escuta já demonstra por si só a particularidade do serviço, feito por profissionais capacitados no assunto: os entrevistadores forenses. Luciana Milfont, que também é psicóloga, atua como entrevistadora forense há três anos e é uma das responsáveis por colher os depoimentos dos processos da 12ª Vara Criminal da Capital. Para ela, que lida diretamente com as vítimas ou testemunhas de crimes contra a dignidade sexual, “o Depoimento Especial evita que a criança seja exposta a uma situação de revitimização, tendo em vista que ela será ouvida uma única vez e por um profissional capacitado especificamente para isso. Antes, era muito comum que ela fosse ouvida por um delegado, promotor

e juiz para contar diversas vezes o episódio vivido. Mas, agora, com o Depoimento Especial, isso não é mais necessário. Nem mesmo ter de ficar à frente de muitas pessoas desconhecidas”, reforça.

INTERAÇÃO

Ela explica que o engajamento inicial é marcado pela fase chamada de rapport, na qual ocorre o estágio de construção da empatia com a criança ou o adolescente, componente essencial da entrevista forense. “Nesse momento, começamos a conversar com a criança sobre assuntos neutros e positivos, como animais, brincadeiras ou o que ela mais gosta de fazer. O ambiente infantil e acolhedor com brinquedos e livros ajuda muito na interação inicial”. Nessa etapa, é avaliado o nível da linguagem e alguns aspectos que determinam se a vítima ou testemunha atende aos critérios necessários para a próxima fase, que é o depoimento.

Uma vez constatadas as condições da criança, ela é direcionada ao espaço onde ocorre a audiência, que é transmitida para outra sala na qual o magistrado e os operadores de Direito podem acompanhar e fazerem perguntas. Todas as indagações acrescentadas pelos ouvintes são adaptadas e feitas exclusivamente pelo entrevistador forense, que segue os direcionamentos do Protocolo Brasileiro de Entrevista Forense, validado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Após o fim da oitiva, o entrevistador forense volta a falar sobre assuntos positivos para que a criança ou o adolescente saia do ambiente o mais confortável possível. “Nunca vou esquecer o dia em que uma adolescente, depois de ter sido ouvida, me pediu um abraço. Foi tão profundo e significativo. Ela disse que era tudo o que precisava naquele momento. Essa experiência me marcou”, recorda Luciana.

CELERIDADE

Com apoio da Presidência do TJCE e da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, foi realizada uma força-tarefa para reduzir o tempo de espera das oitivas com depoimento especial na 12ª Vara Criminal, especializada em crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes, em Fortaleza. Ao todo, ocorreram 59 depoimentos especiais. Outra iniciativa que resultará em maior agilidade é a atuação do Judiciário cearense na Casa da Criança e do Adolescente. O equipamento, inaugurado em junho de 2022 pelo Executivo estadual, conta com rede de atendimento e proteção às crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência grave. O espaço reúne serviços do Tribunal de Justiça, da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social, Defensoria Pública, do Ministério Público e do Conselho Tutelar.





Livros e objetos lúdicos são disponibilizados nas salas

NUDEPE

Para tratar do assunto, o TJCE possui o Núcleo de Depoimento Especial (Nudepe) e o Grupo de Trabalho, responsáveis pela aplicação da metodologia no Judiciário em todo o Estado, além de promover capacitações para magistrados, servidores e comissionados, quanto ao Protocolo Brasileiro de Entrevista Forense. Atualmente, o Judiciário dispõe de 32 entrevistadores forenses em atuação, os quais participam mensalmente dos Encontros de Formação, iniciativa que trata de temas ligados diretamente à atuação prática desses profissionais. Além disso, o Nudepe realiza semestralmente colóquios voltados para o aperfeiçoamento de todos os profissionais envolvidos nas audiências com depoimento especial. Já foram promovidas quatro edições, com as respectivas temáticas: Audiência com Depoimento

Especial no Ceará - novo paradigma trazido pela lei 13.431/2017; A atuação do magistrado; Violência institucional em audiências com depoimento especial e Depoimento Especial em casos de alienação parental.

A coordenadora do Nudepe e da Infância e Juventude (CIJ), desembargadora Maria Vilauba Fausto Lopes, enfatiza que o Núcleo foi implementado para dar um “olhar novo e um trabalhar diferente, em especial com a violência que chega até a criança e o adolescente”. A magistrada agradece o apoio da Presidência do TJCE, “que acelerou ações de fortalecimento do depoimento especial”. Também enaltece a “energia e coragem dos entrevistadores forenses para atuar nesses casos. Do fundo do meu coração, eu agradeço a todos”. ■

Um ato de amor amparado pela lei

O Programa Entrega Responsável, do Judiciário cearense, garante amparo legal e segurança na entrega do bebê para adoção

Rodrigo França



A mulher gestante ou com o filho recém-nascido tem o direito de decidir se permanece ou não com a criança. Para facilitar essa decisão e evitar consequências como abandono, adoções ilegais ou abortos clandestinos, com risco de morte para a mulher, o Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) garante o apoio legal.

“O direito de entrega da mãe ou gestante privilegia o Estado Democrático de Direito, a autonomia de vontade da mulher, inclusive das vítimas de violência que, seja por convicções pessoais ou religiosas, optem por não realizar a interrupção da gravidez. Podem ser muitas as razões que levam a mãe a entregar seu filho à Justiça e vão desde uma gravidez indesejada à ausência de recursos financeiros. As razões não são passíveis de tratamento diferenciado ou discriminatório por parte do Poder Judiciário”, explica a juíza Mabel Viana, coordenadora das Varas da Infância e Juventude de Fortaleza.

A magistrada alerta sobre os casos de algumas mães que, em situação de desespero por não quererem exercer a maternidade, abandonam o filho em caixas, calçadas ou mesmo em caçambas. “Situações como essas podem ser evitadas com o conhecimento da mulher sobre seus direitos, previstos na legislação e disciplinados pelo TJCE, de que pode entregar seu filho à Justiça”.



Juíza Mabel Viana (à direita) entrega mandado de adoção aos pais

ENCAMINHAMENTO LEGAL

Os direitos disciplinados pelo Judiciário cearense estão na Resolução do Órgão Especial nº 25, aprovada em outubro de 2021, que instituiu o Programa Entrega Responsável. A medida assegura que, se a opção for pela entrega legalizada, haverá o devido encaminhamento legal, com prazo para que a mãe se arrependa, e sigilo de todo o processo. A entrega voluntária de bebês para adoção já havia sido incluída no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 2017, através da Lei da Adoção nº 13.509.

“A finalidade é assegurar apoio às mães e gestantes que não querem ou não podem ficar com seus filhos, para que elas entendam que seu ato não é crime, dando mais segurança à mulher na hora da decisão e protegendo as crianças com o encaminhamento correto da adoção”, enfatiza a presidente do TJCE, desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira.

FILHAS DO PROGRAMA

Através do Programa Entrega Responsável, a professora Mariana Alves adotou a filha Cecília, aos nove meses de idade, em Sobral, junto com o marido Emanuel Soares. “A iniciativa é fundamental para que as crianças tenham um rápido acolhimento familiar e não precisem ficar aguardando por processos longos e muitas vezes desgastantes para uma pessoa em formação. Acredito que a Justiça do Ceará está no caminho certo quanto à estruturação das Varas, na busca pela transparência das informações, na valorização e no espaço de atuação de juizes”, destaca, apontando o trabalho célere exercido pela Vara da Infância de Juventude de Sobral.

Outra família feliz com o Programa é formada pelas cabeleireiras Aldalania Moura e Thaianny Moura. Casadas, elas adotaram Laurah, também em Sobral, quando esta tinha apenas cinco meses. As duas famílias aceitaram os tempos necessários para a concretização de seus processos de adoção. “Vale a pena a espera, pois nunca é tempo demais até conhecermos aquele rostinho tão esperado e tão amado. É um sentimento verdadeiro. É como se estivéssemos gestantes até aquele encontro”, emociona-se Aldalania.

“Tínhamos certeza de que o nosso sonho de ter um filho via adoção só poderia ocorrer de forma segura por meio do processo legal”, afirma Mariana, com a crença de que “muitas outras famílias viverão a alegria de ter seu filho como eles estão vivendo”. Para tanto, “basta a atitude ativa dos pais no acompanhamento do seu processo, e do respeito aos prazos legais e olhar humano por parte da Justiça”. ■



Casal adotou Cecília aos nove meses de idade



COMO FUNCIONA

A mãe ou gestante poderá procurar espontaneamente a Justiça da Infância e Juventude da sua cidade ou ser encaminhada, por intermédio da rede de apoio, dos conselhos tutelares ou profissionais de saúde e assistência social. Ela será orientada e assistida por profissionais capacitados para ser providenciado um acolhimento adequado ao bebê, de maneira menos burocrática, e antes mesmo de intentada qualquer ação judicial, evitando-se crimes como abandono, infanticídio e outros casos de burla ao Sistema de Justiça. A criança somente será encaminhada para adoção após a ratificação da vontade da mãe em audiência e sentença homologatória da entrega.

Ouvidoria se destaca como importante mecanismo de participação social

Com o papel de garantir e dar voz ao cidadão, o órgão registrou 25.816 manifestações no biênio 2021-2023

Luciberto Forte

Representante direta da sociedade no Judiciário estadual, a Ouvidoria-Geral do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) configura-se como um importante canal de comunicação com o cidadão. Para prestar esclarecimentos e ouvir sugestões sobre a melhoria dos serviços ofertados, o órgão atendeu, durante cinco audiências públicas promovidas em 2021, a população de 42 comarcas do Interior, além da Capital, e acolheu 13.304 demandas. Em 2022, foram registrados 12.512 atendimentos e duas reuniões públicas.

O canal recebe manifestações através do Sistema SIOGE, com atendimento 24h, e-mail e WhatsApp Business, que foi implantado em abril de 2022 e, em oito meses, registrou 1.339 acolhimentos. Para facilitar ainda mais o acesso, o órgão disponibilizou o Aplicativo (App) TJCE Mobile. A ferramenta, além de possibilitar a consulta de processos judiciais de 1º e 2º Grau que tramitam na Justiça estadual, permite ao jurisdicionado acionar a Ouvidoria, que é responsável pelo Sistema de Informação ao Cidadão (SIC), para sugestões, denúncias, elogios e informações. As demandas podem ser acompanhadas pelo próprio cidadão. Para baixar o App, é só acessar a Play Store (Android) ou App Store (IOS), por meio de smartphones ou tablets, e buscar TJCE Mobile.

A ouvidora-geral, desembargadora Tereze Neumann Duarte Chaves, considera “crescente o reconhecimento da missão e do papel das ouvidorias perante a sociedade. É notório que ocupam posição estratégica na oferta da prestação jurisdicional e na gestão dos serviços”.



NOVO PROJETO

Para incrementar os trabalhos de juízes de 1º Grau, a Ouvidoria-Geral instituiu, no segundo semestre de 2022, um novo projeto: Fala Magistrado. A iniciativa vem ampliando o diálogo com os juízes, no intuito de realizar diagnósticos das principais demandas do Interior e, a partir desse conhecimento, fornecer informações que possam auxiliar no aprimoramento constante dos serviços oferecidos à população. Promove ainda a participação do magistrado, enquanto gestor e protagonista da ação judicial, na análise de ações necessárias à melhoria da prestação jurisdicional.

A desembargadora entende a importância de uma “boa interlocução interna, entre a Ouvidoria e juízes.

DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

A Ouvidoria do Judiciário cearense disponibilizou, em dezembro de 2022, um canal específico para receber manifestações relacionadas à defesa dos direitos do gênero feminino, a Ouvidoria da Mulher. Entre as atribuições, está o recebimento e encaminhamento às autoridades competentes das manifestações dirigidas ao TJCE, relativas a procedimentos judiciais que tratem de atos de violência contra a mulher. Também recebe sugestões para aprimoramento da política de enfrentamento à violência doméstica no âmbito do Poder Judiciário. O atendimento às demandas é feito no prazo de até 30 dias, prorrogável de forma justificada uma única vez, por igual período. ■

Ouvir suas demandas e acompanhar suas atividades ajudarão na feitura de diagnóstico geral da situação nas unidades judiciárias do Interior do Estado”.

Em 2022, foi proposta a reestruturação da Ouvidoria-Geral, a fim de integrá-la à administração central do TJCE, além da modernização de sistema de acesso e ampliação dos canais de atendimento. “É um órgão muito importante para o planejamento estratégico do Poder Judiciário e formulação de políticas públicas destinadas ao aprimoramento dos serviços prestados aos usuários do sistema judicial”, destaca a ouvidora-geral.



CANAIS DE ATENDIMENTO

Sistema Ouvidoria (SIOGE): <https://www8.tjce.jus.br/ouvidoria/MainIntranet.do>


E-mail: ouvidoriageral@tjce.jus.br

WhatsApp Business: (85) 98183.0768

Ouvidoria da Mulher: (85) 3108.2000

Aplicativo TJCE Mobile

Horário de Atendimento: 8h às 18h (segunda a sexta-feira)



Quando é preciso romper correntes para ser feliz

Mulheres quebram ciclo de violência doméstica e contam com o suporte do Poder Judiciário cearense, que ampliou o número de Juizados especializados e reforçou as campanhas de conscientização para prevenir novos casos

Pamela Lemos

“**E**le foi lá dentro do carro, pegou um cadeado enorme e uma corrente bem grossa, colocou no meu pescoço e trancou o cadeado”. Quando teve o pescoço acorrentado pelo ex-namorado, Luísa* finalmente percebeu que estava sofrendo violência doméstica. Ela procurou a Delegacia e foi encaminhada para o Juizado da Mulher de Fortaleza, onde conseguiu medida protetiva para que o agressor se mantivesse longe.

Apesar de ter passado pela situação há quase 15 anos, Luísa* lembra com detalhes dos momentos de tortura psicológica, vivenciados até romper o ciclo

de violência. “O ano era 2008. Estava no início da Lei Maria da Penha e fui bem assistida. A gente evoluiu muito. E vamos evoluir mais!”

Luísa* tem razão. O Poder Judiciário cearense ampliou o atendimento especializado às vítimas de violência doméstica e familiar. Atualmente, Fortaleza conta com o 1º e o 2º Juizados da Mulher, no bairro Benfica. A entrega das novas instalações da segunda unidade ocorreu em fevereiro de 2021. Para oferecer um serviço cada vez mais célere e eficiente, o Pleno do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) aprovou, em 2022, a criação dos cargos de juiz auxiliar para os



Juizados. Na Região Metropolitana, foram instalados unidades especializadas em Caucaia e Maracanaú. No Interior, além de Juazeiro do Norte, que já contava com o serviço desde 2007, entraram em funcionamento os Juizados de Sobral e Crato.

GARANTIAS AOS DIREITOS HUMANOS

Segundo a presidente da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do TJCE, desembargadora Marlúcia de Araújo Bezerra, a escolha dessas comarcas se deu pelo elevado número de processos de agressões. A magistrada explica que a atuação do serviço especializado

“difere da tradicional Justiça Criminal, a qual, em geral, limita-se à apreciação das responsabilidades criminais e distribuição de penas, para operar em consonância com a Política Judiciária Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher. O magistrado titular da vara especializada, ao dedicar-se de forma exclusiva à temática, poderá auxiliar na concretização de políticas de garantias aos direitos humanos das mulheres, tais como projetos de promoção da autonomia econômica, tratamentos de saúde que contribuam para o resgate da autoestima das ofendidas, ações de prevenção, dentre outras que possibilitem maior efetividade à legislação de referência”.

FORTELECIMENTO

A criação da CAJ Mulher, Central de Atendimento Judicial para fornecer suporte especializado ao público feminino, é mais uma ação da Gestão 2021-2023. A guia de turismo Ivina Magalhães se surpreendeu com a novidade. “Quando escutei a voz de uma mulher, fiquei mais confortável em falar e foi tranquilo, atenderam minha necessidade naquele momento”.

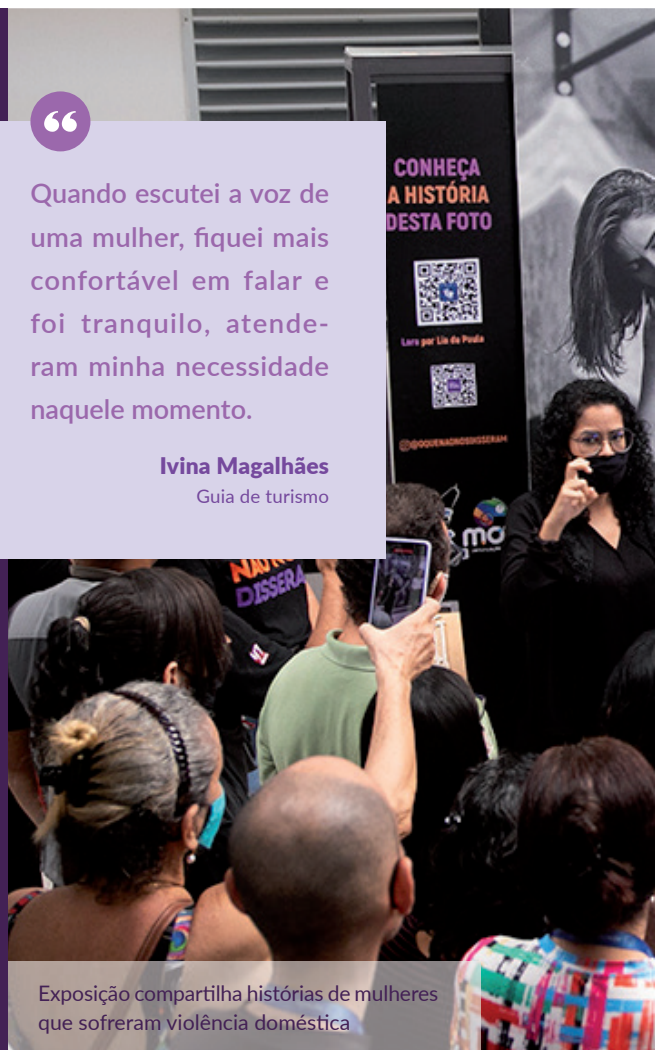
Nesse período, o Tribunal de Justiça fortaleceu parcerias com instituições como a Federação das Indústrias do Ceará (Fiec), com a finalidade de capacitar vítimas para viabilizar o ingresso no mercado de trabalho. Foram promovidos encontros para debater sobre relacionamentos abusivos e reunião com 67 magistrados que atuam nesses processos para discutir a prevenção da violência doméstica.

Já durante o “Agosto Lilás” de 2022, houve o lançamento da exposição “O que não nos disseram”, no Fórum Clóvis Beviláqua, com fotografias de 16 mulheres que sofreram violência doméstica e ressignificaram suas jornadas, oferecendo audiodescrição e peças táteis, para abranger pessoas com deficiência visual.

“

Quando escutei a voz de uma mulher, fiquei mais confortável em falar e foi tranquilo, atenderam minha necessidade naquele momento.

Ivina Magalhães
Guia de turismo



Exposição compartilha histórias de mulheres que sofreram violência doméstica



Inauguração do Juizado da Mulher de Caucaia



MAIS INICIATIVAS

O Judiciário implementou a plataforma “Proteção na Medida”. O sistema, que pode ser acessado por magistrados, servidores e demais órgãos da rede de assistência, reúne informações dos processos de violência doméstica e permite analisar os casos em que há maiores fatores de risco à integridade física das vítimas, para que sejam adotadas as medidas mais adequadas. No TJCE, o juiz Tiago Dias da Silva está à frente dos trabalhos e promoveu cursos de capacitação para o uso da ferramenta.

A Coordenadoria também trabalhou a prevenção da violência e a sensibilização da sociedade por meio de ações como a Campanha “Justiça pela Mulher”. Instituições públicas e privadas, além de artistas locais, participaram. O Judiciário cearense relançou a campanha “Sinal Vermelho”, com a gravação de vídeo que teve a participação de magistradas e servidoras, a fim de contribuir para o rompimento da cultura de silêncio. A iniciativa é uma parceria com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB). A Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa é mais uma ação que conta com a participação do TJCE. Realizada três vezes ao ano, tem o objetivo de dar mais celeridade aos processos de violência doméstica e de feminicídio, quando a vítima sofre tentativa de homicídio ou é morta em razão do gênero.

UMA LUTA DE TODOS

Segundo a desembargadora Marlúcia Bezerra, “o enfrentamento a este tipo de crime não cabe somente às mulheres, mas a toda a sociedade, incluindo homens, adolescentes e até mesmo crianças, por meio de ações em escolas. Por esta razão, priorizamos a realização de campanhas em locais diversificados, tais como em shoppings centers, estádios de futebol, padarias, farmácias, redes sociais, a fim de alcançar um público cada vez mais heterogêneo”.

O Judiciário cearense ainda oferece acompanhamento às vítimas, seja por telefone ou, nos casos mais graves, com visitas domiciliares. A cuidadora de idosos Sabrina* denunciou o ex-companheiro, que não aceitava o fim

do relacionamento e começou a praticar agressões verbais, até chegar a uma tentativa de feminicídio. Ela pensou em desistir das medidas protetivas, por conta dos três filhos, mas mudou de ideia. “Me senti acolhida pela equipe e comecei a ver o mundo com outros olhos. Quando passei a conhecer meus direitos, nada mais de violência eu aceito”.

Quem também não aceita mais violência é Luísa*. “A mulher tem que se amar e se valorizar, não ter medo de denunciar, procurar a Delegacia e o Juizado. São profissionais humanos, porque a gente chega com vergonha, receosa, sensível, machucada, e lá tem o apoio total”. ■

Luísa e Sabrina* - nomes fictícios

Número de desembargadoras cresce 50% em dois anos no TJCE

Mulheres são protagonistas da própria história e assumem papéis importantes no Judiciário cearense

Delane Ratts

O começo de 2021 ainda tinha no ar a ameaça da pandemia de Covid-19 e uma sociedade acanhada pelo distanciamento social iniciado quase um ano antes. Por outro lado, havia um discurso robusto da terceira mulher a tomar posse como presidente do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) em 146 anos de história da Instituição. Aquele 29 de janeiro marcava um importante movimento da feminilização no Judiciário cearense.

Durante a posse, a presidente do TJCE, desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira, dava voz e empoderamento às mulheres que ganhariam, em um futuro muito próximo, mais espaço na Corte. “Será executado, em prol das magistradas e servidoras, programa de desenvolvimento de mulheres líderes com o fim de fomentar cada vez mais a participação feminina na gestão judiciária”, afirmou em seu discurso. Naquela ocasião, havia 14 mulheres como desembargadoras. Menos de dois anos depois, são 21. Um crescimento de 50% no período.

Segundo a presidente Nailde Pinheiro, é necessário fomentar a participação feminina na liderança.

“Claro que é preciso respeitar os ritos e trâmites para não haver favorecimento sobre o mérito. Mas é preciso estimular que mais mulheres busquem seu lugar no Poder Judiciário para haver mais equidade e igualdade de gêneros, que são conceitos diferentes.”

A magistrada se refere à participação das mulheres. Embora houvesse 14 mulheres como desembargadoras no início de 2021, elas representavam apenas 32% da segunda instância. Hoje, a participação feminina nesse espaço está mais próxima à igualdade: 41%. “Para conseguirmos dar igualdade é preciso ter equidade para que nenhuma profissional seja prejudicada em sua avaliação promocional por seu gênero. É preciso avaliar os méritos, o conhecimento e a experiência”, pontua.

AUMENTO

O crescimento no número de mulheres desembargadoras foi favorecido pelo aumento no número de vagas, que passou de 43 para 53 nesse período. Mas não adianta haver mais vagas se não houver estímulo para mais mulheres entrarem no Poder Judiciário e

buscarem seus espaços. “No meu concurso em 1986, já havia um número expressivo de mulheres. Muitas das quais se encontram no Tribunal atualmente. Elas precisam ser apoiadas para a liderança”, ressalta a presidente do TJCE.

O gradual aumento da participação feminina vem das medidas adotadas pelo TJCE nos últimos meses. É o caso do Projeto de Fortalecimento de Lideranças Femininas, que implantou iniciativas como a construção de uma política de incentivo à participação de mulheres em todas as frentes. Palestras, capacitações e pesquisas científicas já foram realizadas em prol de um plano de valorização das mulheres e formação de um ambiente organizacional mais favorável à participação feminina.

O Projeto, além de ser prioridade no Judiciário estadual, está alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda da ONU 2030, que tem a finalidade de “alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.”



Desembargadora Nailde Nogueira é a terceira mulher a presidir o TJCE

PARTICIPAÇÃO FEMININA

A Constituição Federal preconiza a importância da igualdade entre homens e mulheres, vedando todas as formas de discriminação e violência. Possuir no quadro juízas ajuda no cumprimento dessa determinação constitucional, pois são elas que melhor percebem a falta de igualdade entre homens e mulheres. Atualmente, dos 402 juizes da Justiça no Ceará, 144 são mulheres (35%). “Para tornar-se juíza é preciso passar em concurso público. Precisamos incentivar a magistratura, mostrar que as mulheres têm espaço no Poder Judiciário para estimulá-las a ingressarem na carreira”, afirma a presidente.

DETERMINAÇÃO

Por parte do Tribunal e das juízas cearenses, os exemplos estão vindo. Nos últimos dois anos, nove juízas conquistaram o assento de desembargadora. Joriza Magalhães Pinheiro, Rosilene Ferreira Facundo, Jane Ruth Maia de Queiroga, Sílvia Soares de Sá Nóbrega e Andréa Mendes Bezerra chegaram ao cargo por merecimento. Maria das Graças Almeida de Quental e Maria Ina Lima de Castro foram escolhidas por antiguidade. Duas procuradoras também entraram na Justiça Estadual através do Quinto Constitucional, nas vagas destinadas ao Ministério Público do Ceará. São elas: Vanja Fontenele Pontes e Ângela Teresa Gondim Carneiro Chaves.

A desembargadora Ângela Teresa, que tomou posse em setembro, é um dos muitos exemplos da liderança feminina na Justiça. Ela já foi procuradora do Estado e trabalhou em diversos outros tribunais. “Novos protagonismos e direitos têm sido conquistados às custas da determinação de muitas mulheres, que não desistem de acreditar na igualdade de oportunidades entre os seres humanos”, disse a desembargadora, acrescentando que “as conquistas da mulher trouxeram-lhe visibilidade, mas acrescentaram-lhe responsabilidades, aumentando, ainda mais, seus esforços para serem reconhecidas; ou seja, é preciso continuar caminhando para que os espaços sejam reajustados e o homem também compartilhe as tarefas ‘tradicionalmente’ destinadas às mulheres e, assim, o masculino possa ter o privilégio de conhecer e compreender a delicadeza e a suavidade, tão caras ao universo feminino. A partir dessa mudança, podemos começar a pensar numa sociedade em que as diferenças sejam entre seres humanos, simplesmente”, finalizou.

A participação feminina na magistratura estadual foi destaque na publicação do livro “Magistradas do Judiciário Cearense”, que conta a evolução ao longo da história do protagonismo das magistradas. O livro foi idealizado pela atual presidente e possui selo da Editora do TJCE, editado e diagramado pela Assessoria de Comunicação Social do Tribunal e conta com 229 páginas.



TJCE empossa cinco magistradas como desembargadoras



Magistradas e servidoras do Judiciário cearense

NÚMERO DE MULHERES EM CARGOS DE GESTÃO

Os índices revelam que o Judiciário cearense caminha em direção a um melhor equilíbrio de gênero. Conquista que merece ser ampliada e sempre preservada. Entre magistradas, servidoras, cedidas, estagiárias e terceirizadas, são 54,67% (4.213) de todos os profissionais em atuação. Inspirado em tantas outras mulheres e no reconhecimento de ter uma sociedade mais humanizada, o Poder Judiciário cearense busca dar oportunidades para a capacidade feminina também na gestão administrativa. Um trabalho que também protagoniza a atuação da mulher em cargos de gestão é a Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua (FCB), com a juíza Ana Cristina de Pontes Lima Esmeraldo.

“Assumir esse cargo de diretora do Fórum, em duas Gestões, me permitiu conhecer melhor a realidade em que as mulheres – servidoras e magistradas – estão inseridas na instituição, e ainda pude compartilhar também com muitas delas tarefas importantes na

administração da Comarca, dando maior visibilidade ao excelente desempenho das integrantes desse poder, e fortalecendo, assim, as ações na busca da equidade de gênero”, disse a magistrada.

Ela é a primeira juíza nomeada diretora no FCB, no cargo desde 2019. Além de ser pioneira no comando do Fórum de Fortaleza, a magistrada se tornou, em 2021, a primeira mulher a ser reconduzida ao cargo, na gestão da desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira. “Digo que muito me honra, tanto pela grande responsabilidade que representou, como pelo enorme aprendizado profissional que vem me proporcionando. Mas compreendo também que só será significativo esse lugar se, em um futuro breve, o tema esteja superado e que não se precise mais de realce para inspirar ou favorecer outras mulheres a exercerem,” finaliza a diretora.

CHEFIA DO GOVERNO DO CEARÁ

Entre os dias 07 e 12 de novembro de 2022, a desembargadora Nailde Pinheiro assumiu, interinamente, o governo do Estado do Ceará. A magistrada ocupou a chefia do Poder Executivo em decorrência da viagem da governadora Izolda Cela ao Egito. “Foi um grande desafio, exercido com responsabilidade e dedicação, como me proponho em todo trabalho que executo”, ressalta a presidente do TJCE. ■



Nailde Pinheiro e Izolda Cela

ARRECADAÇÃO TJCE (2021-2022)

CRESCIMENTO TOTAL
DA ARRECADAÇÃO

52,03%

POR ITEM DE RECEITAS

53,03%
Custas Processuais
(oriundas de processos judiciais)

10,68%
Emolumentos
Extrajudiciais
(Fermoju e Selos)

264,10%
Rendimentos
e Spreads
(das contas do FERMOJU)

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTO TOTAL

R\$ 1.703.101,502,34
ORÇAMENTO

97,41%
EXECUTADO

ORÇAMENTO POR ITEM

Orçamento com
Despesas de Pessoal

R\$ 1.237.329,181,00
Orçamento

98,88%
Executado

Investimentos e Outras Despesas Correntes

R\$ 465.772.321,34
Orçamento

93,50
Executado



Bem-vindos ao futuro!

Vivemos em um mundo onde a velocidade das mudanças acompanha um clique de celular.

É impossível ignorar a presença da tecnologia em nossas vidas. O cenário de hoje é bem diferente de apenas alguns anos atrás, por isso ainda causa algum estranhamento nas gerações que vivenciaram essa transição.

“Noventa milhões em ação” era o tema que regia a Copa do Mundo de 1970. Na década de 2020, chegamos a mais de 215 milhões de brasileiros, detentores de direitos e obrigações. Para o Judiciário, era inevitável se modernizar a fim de se adequar aos novos tempos. Assim como ocorreu nas fases da Humanidade, a Justiça precisou evoluir.



ERA ANTIGA

O papel dominava a paisagem dos tribunais. Um único processo poderia pesar vários quilos. Não havia consulta simultânea e o acesso aos autos era demorado, pois muitas vezes percorriam-se longas distâncias para visualizá-lo. Mesmo com todos os cuidados, alguma peça poderia se perder ou ser danificada para sempre. A escrita mudou da caligrafia para a máquina de datilografar, mas a linguagem continuava hermética, de difícil entendimento para as pessoas comuns. O Judiciário era uma entidade distante, misteriosa, da qual pouco se sabia.



ERA MODERNA

A implantação do processo eletrônico e da digitalização de papéis representou uma mudança de paradigma para os tribunais. Alterações nos autos puderam ser acompanhadas em tempo real e de qualquer lugar. A facilidade de acesso permitiu ainda a implantação de mecanismos de governança e maior transparência. A drástica redução do volume de papel possibilitou a readequação de espaços, contribuindo também para o meio ambiente. Durante a pandemia de Covid-19, a virtualização dos processos foi fundamental para a manutenção dos serviços.

O FUTURO

Consiste no uso da inteligência artificial para auxiliar o trabalho das pessoas e na automação de atividades rotineiras, com foco na eficiência e celeridade. É caracterizado por soluções disruptivas e constantes mudanças. Os dados são disponibilizados em nuvem e há crescente preocupação com a segurança da informação. Uso de linguagem jurídica simplificada para atender à população e necessidade de capacitações constantes dos colaboradores.

Esse futuro já chegou ao Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE)! Confira nas páginas seguintes a revolução que vai permitir esse salto para uma nova Era na Justiça cearense.

PROMOJUD

A Justiça cearense passa por uma transformação digital sem precedentes. Está em curso o Programa de Modernização do Judiciário (Promojud), iniciativa **pioneira** no país, que consiste em investimentos e desenvolvimento técnico para a melhoria dos processos e do atendimento aos cidadãos. O foco é nas mudanças tecnológicas, sem deixar de lado a valorização e o aprimoramento do capital humano. Os principais marcos dessa jornada você acompanha aqui:

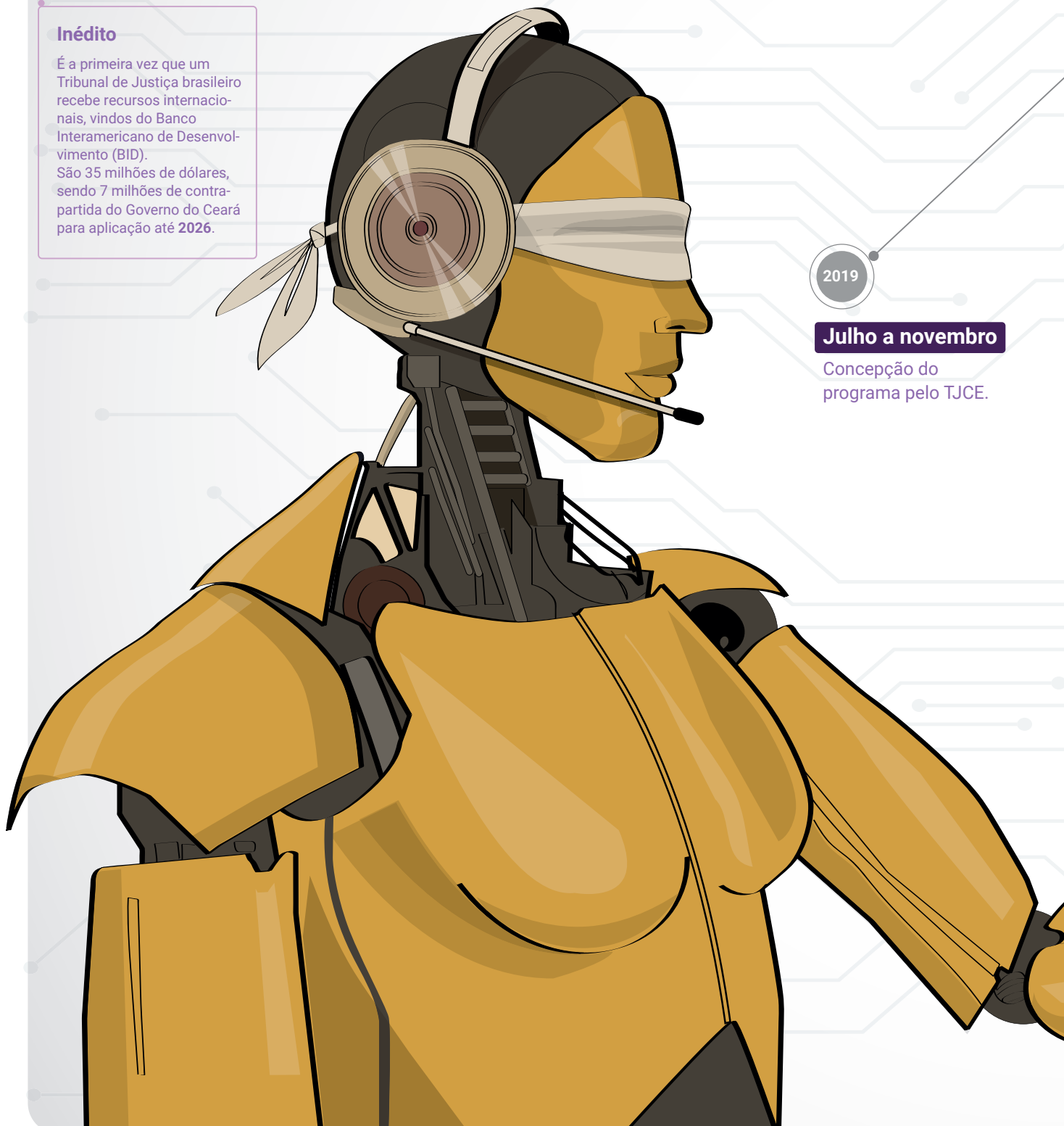
Inédito

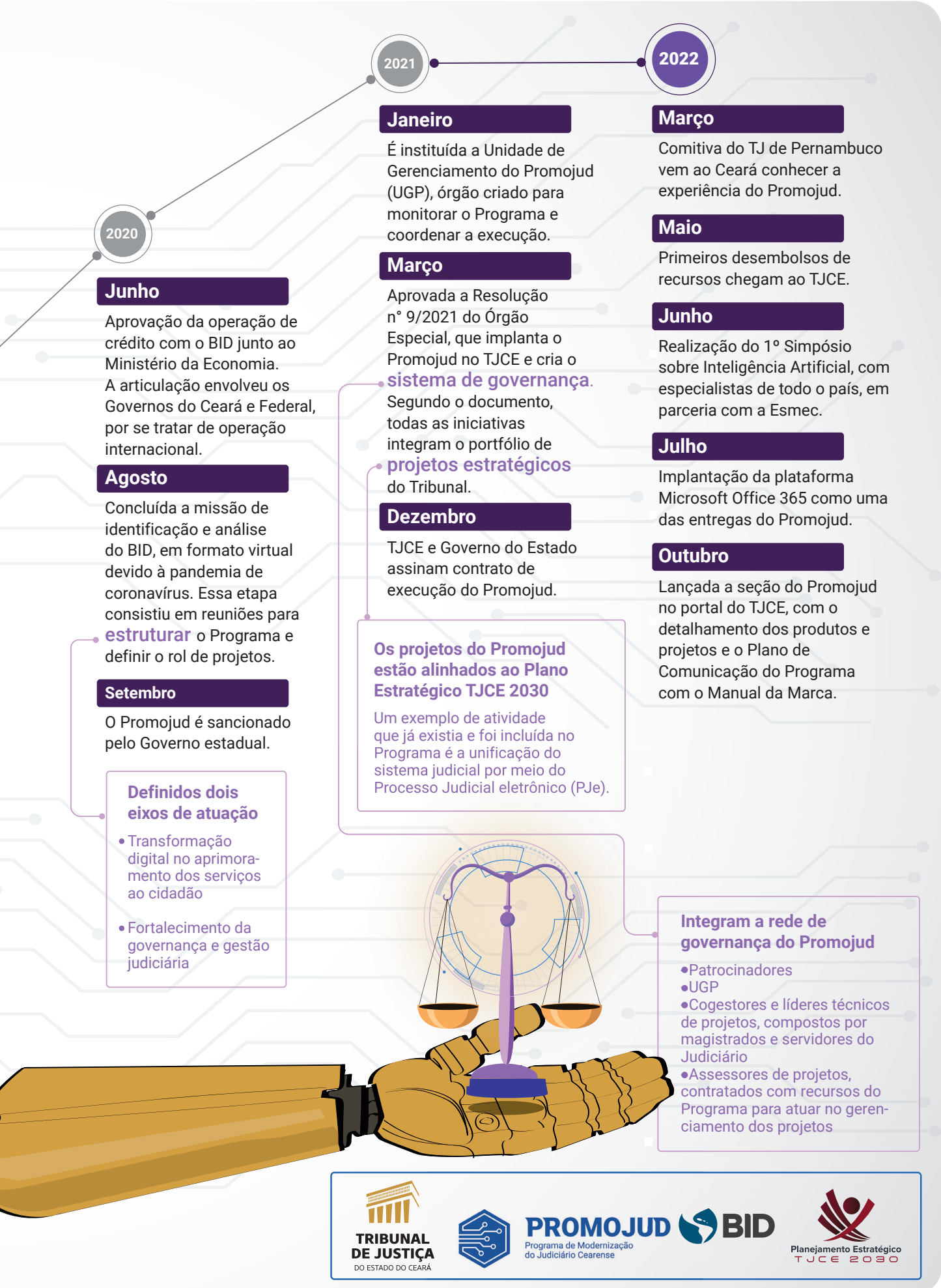
É a primeira vez que um Tribunal de Justiça brasileiro recebe recursos internacionais, vindos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). São 35 milhões de dólares, sendo 7 milhões de contrapartida do Governo do Ceará para aplicação até 2026.

2019

Julho a novembro

Concepção do programa pelo TJCE.





2020

Junho

Aprovação da operação de crédito com o BID junto ao Ministério da Economia. A articulação envolveu os Governos do Ceará e Federal, por se tratar de operação internacional.

Agosto

Concluída a missão de identificação e análise do BID, em formato virtual devido à pandemia de coronavírus. Essa etapa consistiu em reuniões para **estruturar** o Programa e definir o rol de projetos.

Setembro

O Promojud é sancionado pelo Governo estadual.

Definidos dois eixos de atuação

- Transformação digital no aprimoramento dos serviços ao cidadão
- Fortalecimento da governança e gestão judiciária

2021

Janeiro

É instituída a Unidade de Gerenciamento do Promojud (UGP), órgão criado para monitorar o Programa e coordenar a execução.

Março

Aprovada a Resolução nº 9/2021 do Órgão Especial, que implanta o Promojud no TJCE e cria o **sistema de governança**. Segundo o documento, todas as iniciativas integram o portfólio de **projetos estratégicos** do Tribunal.

Dezembro

TJCE e Governo do Estado assinam contrato de execução do Promojud.

Os projetos do Promojud estão alinhados ao Plano Estratégico TJCE 2030

Um exemplo de atividade que já existia e foi incluída no Programa é a unificação do sistema judicial por meio do Processo Judicial eletrônico (PJe).

2022

Março

Comitiva do TJ de Pernambuco vem ao Ceará conhecer a experiência do Promojud.

Mai

Primeiros desembolsos de recursos chegam ao TJCE.

Junho

Realização do 1º Simpósio sobre Inteligência Artificial, com especialistas de todo o país, em parceria com a Esmec.

Julho

Implantação da plataforma Microsoft Office 365 como uma das entregas do Promojud.

Outubro

Lançada a seção do Promojud no portal do TJCE, com o detalhamento dos produtos e projetos e o Plano de Comunicação do Programa com o Manual da Marca.

Integram a rede de governança do Promojud

- Patrocinadores
- UGP
- Cogestores e líderes técnicos de projetos, compostos por magistrados e servidores do Judiciário
- Assessores de projetos, contratados com recursos do Programa para atuar no gerenciamento dos projetos



PROMOJUD
Programa de Modernização do Judiciário Cearense



Conheça alguns projetos de Transformação Digital a Serviço:

DA CELERIDADE

Automação de processos:

Serviços simples e repetitivos podem ser feitos pela máquina, liberando servidores para trabalhos mais intelectuais.

Implantação da inteligência artificial:

Permite analisar decisões semelhantes (precedentes judiciais), agilizando o processo. Ajuda até no combate à violência doméstica, estimando em que casos a mulher está mais sujeita a riscos (predição de riscos).

Online Dispute Resolution (ODR):

São formas alternativas de resolução de conflitos realizadas em ambiente totalmente digital.

DOS CIDADÃOS

Atendimento ágil e moderno por meio de:

Chatbots, totens e aplicativos de serviços e localização nos fóruns.

Ferramenta omnichannel:

Vai integrar os canais de atendimento da instituição. Isso gera uma experiência personalizada ao cliente, evita repetição de informações e aumenta a produtividade da equipe.

Linguagem simples:

Projetos de simplificação da linguagem jurídica para facilitar a comunicação com a sociedade, em parceria com o Laboratório de Inovação do TJCE. A Secretaria Judiciária (Sejud) e alguns juizados especiais já adotaram.

DA GOVERNANÇA

Sistemas de gestão:

De custos, de aquisições e contratações, patrimonial, orçamentária e financeira.

Ferramentas de inteligência de dados (BI):

Coletam e processam grande quantidade de dados de vários sistemas, permitindo consultas e análises que facilitam a tomada de decisões e o aumento da eficiência.

Rede de governança:

Em 2022, foi dado grande salto nessa área com a instalação da rede de governança colaborativa (Resolução nº 12/2022) e a contratação de 19 estatísticos para ajudar as unidades a monitorar e organizar seus dados de produtividade.

DA MODERNIDADE

Renovação do parque tecnológico.

Aprimoramento da conectividade.

Aplicações em nuvem.

Centro de cibersegurança.

DOS SERVIDORES

Desenvolvimento e capacitação.

Atualização das competências.

Fortalecimento das lideranças femininas.

Gestão de mudanças.

DA EQUIDADE DE GÊNERO

Política de incentivo à participação institucional feminina.

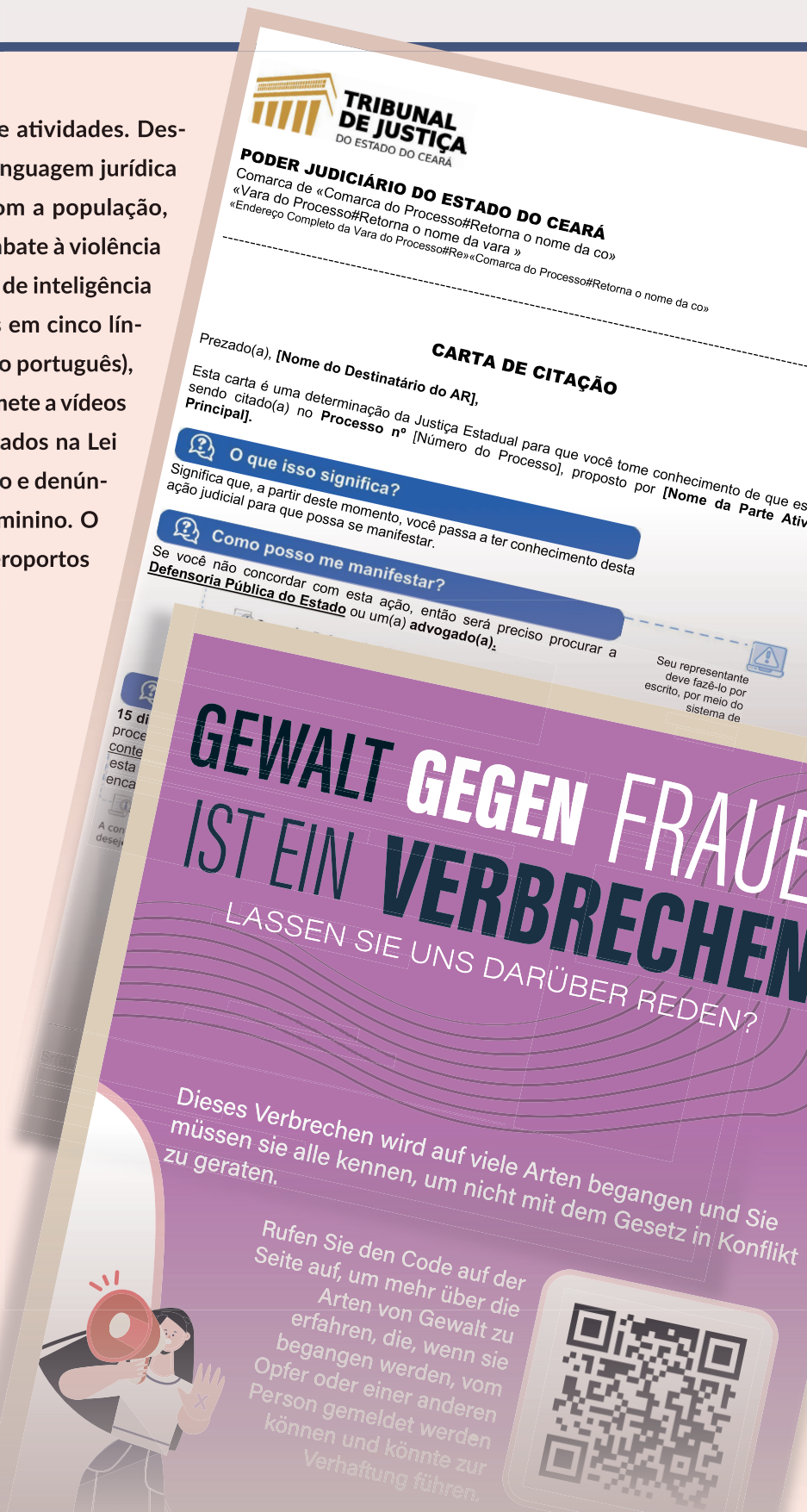
Repositório acadêmico de mulheres cientistas.



Engajamento de Ideias

Instalado em julho de 2022, o Laboratório de Inovação do Tribunal de Justiça do Ceará (LabLuz) vem criando soluções inovadoras que propiciam a eficiência na prestação dos serviços judiciários

O Labluz apresenta um cardápio de ações e de atividades. Destaques para a Carta de Citação, que substitui linguagem jurídica por modelo simplificado para comunicação com a população, além do conteúdo multimídia, intitulado “O combate à violência contra a mulher não tira férias”, criado por meio de inteligência artificial, que consiste em panfletos traduzidos em cinco línguas (espanhol, italiano, alemão e inglês, além do português), contendo texto educativo e um QRCode, que remete a vídeos informativos sobre os tipos de crimes enquadrados na Lei Maria da Penha, além dos canais de atendimento e denúncia no combate à violência contra o gênero feminino. O material foi distribuído em hotéis, pousadas e aeroportos de Fortaleza.





Novos fóruns levam bem-estar à população

Gestão entrega três novos prédios e reforma outras 23 unidades, levando mais conforto ao cidadão em Fortaleza e no Interior do Estado

Francisco José Rosa

Fóruns novos, com estruturas modernizadas, confortáveis e acessíveis foram entregues pelo Judiciário cearense às populações de Santa Quitéria, Senador Pompeu e Uruburetama, durante o biênio 2021-2023. Está em projeto a construção de novos prédios em quatro Comarcas: Icó, Quixeramobim, Nova Olinda e Milagres. Outros fóruns de 21 municípios foram reformados para o atendimento do público e trabalho dos servidores, magistrados e demais profissionais do sistema jurídico. A iniciativa, que faz parte do Programa Avançar, beneficia mais de 4 milhões de cidadãos cearenses, o que representa 43,32% da população do Estado. Ao todo, foram investidos R\$ 23.400.949,46 em obras, durante o biênio.



ACOLHIMENTO

De acordo com a presidente do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira, o momento representa também a capacidade de oferecer tratamento mais adequado às pessoas que buscam os serviços judiciais. Isso significa pensar para além das construções físicas e envolve a humanização no atendimento. “Os espaços obedecem aos critérios de acolhimento, oferecendo conforto e, o mais importante, permitem tratar bem e ofertar à sociedade um trabalho de excelência. Todos que comparecerem às unidades sairão com as demandas atendidas”, destaca.

NOVOS MODELOS

O secretário de Administração e Infraestrutura (Sead) do Tribunal, Pedro Ítalo Sampaio, explica que as ações fazem parte do planejamento da gestão e também do Plano Estratégico 2030 da Instituição, cuja finalidade da área é garantir “estrutura física segura, acessível, acolhedora e confortável”. Ele enumera algumas medidas diferenciadas, como “adoção da nova tecnologia de climatização do tipo inverter, que é mais eficiente e tem menor consumo de energia; uso eficiente dos espaços, reduzindo áreas subutilizadas e, conseqüentemente, menos áreas construídas e mais áreas permeáveis do solo; padronização das especificações dos materiais a serem utilizados nas construções e reformas, garantindo a ‘compra sustentável’ nas manutenções futuras; e implantação do sistema de cadastro e acompanhamento das edificações do Poder Judiciário, o SGE, desenvolvido pelo servidor David Oliveira Almeida, coordenador de Projetos, no qual registramos as avaliações dos imóveis e as intervenções”.

Novo Fórum de Santa Quitéria

Novo Fórum de Senador Pompeu





TJCE adapta 50 novas salas no FCB para desembargadores



Reforma no FCB contempla elevador e corrimãos novos

FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA

Em Fortaleza, com a reforma do Palácio da Justiça, no Cambé, por conta de um incêndio que acometeu o prédio, em setembro de 2021, o Fórum Clóvis Beviláqua (FCB) teve de ser adaptado para receber, provisoriamente, a sede do TJCE. O edifício passou por melhorias estruturais para garantir a maior segurança dos servidores, magistrados e usuários que utilizam o equipamento público. Além de guarda-corpos e corrimãos novos, também foram substituídos quatro elevadores e instalado outro.

A Gestão adaptou no FCB 50 novas salas, devidamente equipadas, para receber os desembargadores. Os espaços funcionam como apoios provisórios para cada magistrado e sua equipe. A Vice-Presidência também foi contemplada com um coworking de 16 lugares para os assessores, dois gabinetes de juízes auxiliares e o do vice-presidente. Os secretários e superintendentes da Área Judiciária e da Área Administrativa foram alocados em oito salas, instaladas no Nível 6, onde funciona, atualmente, toda a Gestão Administrativa do TJCE.

Foi revitalizado, ainda, o bicicletário do FCB como incentivo à sustentabilidade e práticas que colaboram com a preservação do meio ambiente. O local conta com a proteção de toldos, além de uma ciclofaixa dentro do estacionamento do prédio para sinalizar o espaço onde está instalado. Foram construídos vestiários feminino e masculino para os magistrados e servidores que trabalham no Fórum.

ESMEC

Ainda dentro do pacote de reformas, a Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará (Esmec) teve sua sede ampliada. A reestruturação envolveu a substituição da cobertura, do piso das salas de aula e de unidades administrativas, ampliação do estacionamento privativo, construção de dois miniauditórios de 60 lugares cada e criação de espaço externo de convivência com paisagismo. A obra, concluída em janeiro de 2023, atendeu ao crescente volume de atividades acadêmicas e artísticas que a Esmec recebe, tornando o espaço mais confortável e eficiente. ■

Espaço dos servidores no FCB



6 DE SETEMBRO DE 2021

Prédio do Palácio da Justiça após bombeiros apagarem chamas do incêndio

**14 DE SETEMBRO DE 2021**

Desembargadora Nailde recebe toga intacta encontrada na sala da Presidência

**02 DE MARÇO DE 2022**

Assinatura da ordem de serviço para início das obras de reconstrução do prédio

Reconstrução do Palácio da Justiça contempla acessibilidade, segurança e sustentabilidade

Desde o dia em que o prédio do Tribunal de Justiça do Ceará foi atingido por incêndio, medidas foram pensadas com o intuito de reestruturá-lo, enfatizando a modernização da estrutura

Marina Ratis

Na madrugada de 6 de setembro de 2021, o prédio do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE), localizado no Cambé, sofreu um incêndio de grandes proporções. O sinistro iniciou no pavimento térreo e, rapidamente, atingiu os demais pavimentos da edificação. A Assistência Militar, que estava de plantão, acionou o Corpo de Bombeiros e as chamas foram controladas pelas guarnições de combate a incêndio. A presidente do Judiciário cearense, desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira, acompanhou presencialmente

os trabalhos das equipes da Corporação, tomando as iniciativas necessárias para minimizar prováveis danos à prestação jurisdicional.

A Defesa Civil do Município foi acionada para fazer a averiguação dos riscos, e a Perícia Forense do Ceará (Pefoce), para execução da perícia da causa do sinistro, que foi identificada como um curto-circuito na fiação do ar-condicionado. Em paralelo, a diretora do Fórum Clóvis Beviláqua, juíza Ana Cristina Esmeraldo, oferecia a estrutura do prédio para abrigar a Corte provisoriamente, sugestão prontamente aceita pela desembargadora.

13 DE OUTUBRO DE 2022

Presidente visita obras acompanhada de equipe técnica



14 DE OUTUBRO DE 2022

Desembargadores visitam instalações do Palácio da Justiça em construção

14 DE DEZEMBRO DE 2022

Missa em ação de graças é celebrada no novo Palácio da Justiça



Após o período de inspeção, a Superintendência de Obras Públicas do Estado (SOP) entregou à presidente o relatório técnico de vistoria realizada na sede do Tribunal. O documento indicava que o prédio apresentava

boa condição em relação à estabilidade da edificação, exceto nas regiões onde houve comprometimento de pilares localizados em um dos lados da fachada.

INÍCIO DAS OBRAS

A ordem de serviço para viabilizar a reconstrução foi assinada na tarde do dia 2 de março de 2022, no Palácio da Abolição, com a presença dos gestores do Tribunal: desembargadores Maria Nailde Pinheiro Nogueira, Abelardo Benevides (vice-presidente) e Paulo Airton Albuquerque Filho (corregedor-geral). Na oportunidade, o então governador do Ceará, Camilo Santana, ressaltou que o Palácio da Justiça é uma referência. “O Judiciário continuou prestando seu serviço à sociedade e, em breve, receberá um prédio moderno, com toda a estrutura para atender a população do Estado”, disse.

A recuperação do prédio é executada por funcionários do consórcio formado pelas empresas Lumali e Sian.

São cerca de 340 pessoas, entre funcionários do consórcio e das empresas terceirizadas que realizam tarefas como instalação de água, energia, impermeabilização, pinturas e paredes de gesso. O horário de trabalho, dividido por equipes, funciona até as 23h, de domingo a domingo, com o expediente noturno aplicado somente para serviços específicos. A recuperação está alinhada com o objetivo estratégico do Poder Judiciário, voltado para prover estrutura física segura, acessível, sustentável e flexível para magistrados, servidores, colaboradores e jurisdicionados. O investimento total é em torno de R\$50 milhões.



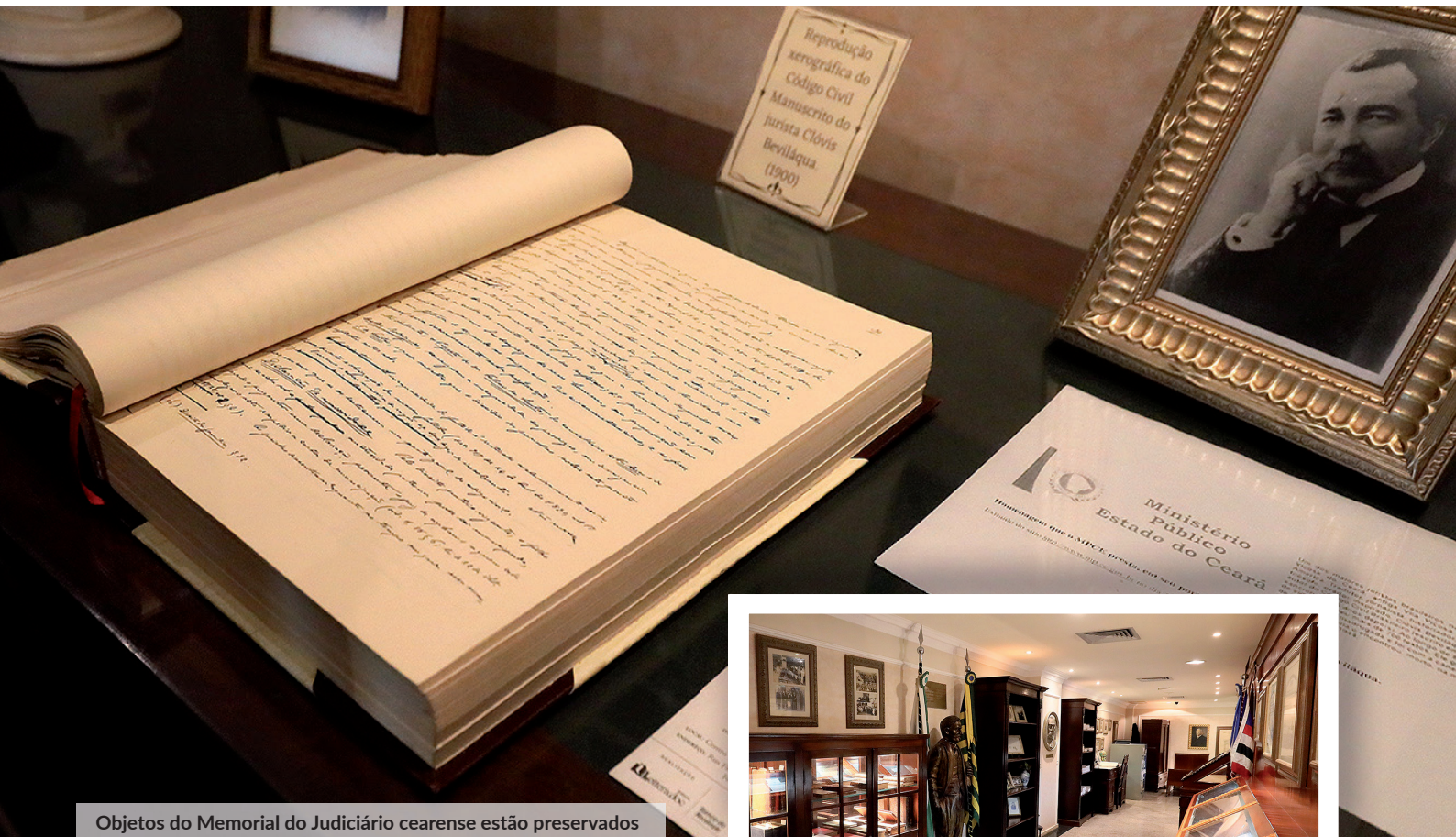
NOVA SEDE

A nova sede contará com a implantação de espaços de trabalho compartilhados (coworking), seguindo normas de acessibilidade e segurança contra incêndio e pânico, além da sustentabilidade, com a adoção de soluções com maior eficiência energética, com infraestrutura para cogeração de energia através de placas solares e o aproveitamento das águas pluviais. Também terá a adoção de sistema de renovação de ar, focando na saúde dos colaboradores.

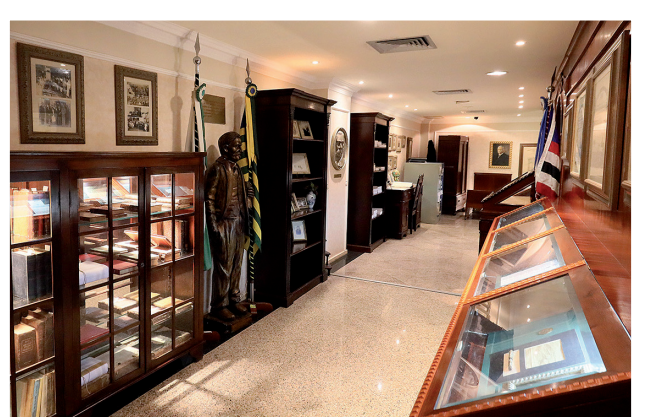
A presidente tem visitado constantemente as instalações do Palácio da Justiça para acompanhar o andamento das obras. A visita é sempre guiada por engenheiros e profissionais da construção civil e segurança. A magistrada recordou que, após o incêndio, retornou pela primeira vez ao local no dia 14 de setembro. Depois da vitória, ela recebeu dos bombeiros a sua toga, intacta, encontrada nos escombros do gabinete da Presidência. “Isso aqui [a toga] é uma dádiva de Deus que eu tive a honra de receber das mãos dos

bombeiros, verdadeiros guerreiros. E foi por eles que eu tive essa grande notícia de que minha toga estava aqui, intacta, sem nenhum dano”, lembrou emocionada.

O incêndio, no entanto, não foi empecilho para o funcionamento do Judiciário cearense que, por meio do teletrabalho, continuou atendendo às demandas judiciais e administrativas. “Vivenciamos um desafio, mas estávamos preparados. O nosso acervo processual foi preservado e a nossa atividade judicante não foi prejudicada, em virtude de investimentos em tecnologia no Judiciário cearense. 100% dos nossos processos estão digitalizados e preservados. Agradeço o apoio recebido pelas instituições e as inúmeras mensagens de solidariedade. Estamos trabalhando para entregar um equipamento moderno, seguro, sustentável e acessível, com o melhor acolhimento possível para nossos colaboradores e jurisdicionados”, destacou a chefe da Corte.



Objetos do Memorial do Judiciário cearense estão preservados



ACERVO HISTÓRICO

No segundo dia após o incêndio, foram iniciados os trabalhos de retirada de peças e documentos do Memorial do Poder Judiciário. O objetivo era garantir a preservação dos objetos históricos da alta temperatura e fuligem que ainda acometiam a edificação. Dentre os objetos retirados, destaca-se o manuscrito original do projeto do Código Civil brasileiro, de 1916, de autoria do jurista cearense Clóvis Beviláqua, considerado uma das principais peças do acervo. A boa notícia é que não houve perda. Apesar de algumas peças terem sido molhadas e sujas pela fuligem, foi possível, através da contratação de uma empresa especializada, acondicionar e transportar para um lugar seguro. Hoje, o acervo está em um galpão alugado pelo TJCE, aos cuidados do setor de Patrimônio.

Para o coordenador do Memorial do Tribunal, desembargador Sérgio Parente, “a gestão da memória do Poder Judiciário é um esforço organizado no sentido de preservar valores e saberes expressados em documentos, objetos, imóveis e lembranças que possam incorporar-se à nossa história. O objetivo primordial é evitar o esquecimento, mantendo fidedignos dados sobre a nossa identidade, evitando perdas de natureza patrimonial e cultural que nos definam”, disse.

Com a reestruturação da edificação e redistribuição dos espaços, o Memorial ganhará um local de destaque, sendo instalado defronte à entrada do pavimento térreo, sendo o ponto focal de quem busca a Justiça. Terá sua frente totalmente envidraçada, proporcionando exposição constante dos objetos de tamanha relevância. ■

Justiça prioriza atendimento no Interior com inauguração de Núcleos de Custódia e novas Varas

Instalação de mais 15 unidades e seis Núcleos de Custódia ampliaram os serviços do Judiciário disponibilizados à população em várias comarcas do Estado

Edson Gomes

Para dotar as comarcas do Interior do Estado com melhores condições de trabalho e, conseqüentemente, aprimorar o atendimento dos serviços à população, o Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) realizou uma série de inaugurações ao longo de 2021 e 2022. Entre elas, a instalação de 15 unidades judiciárias, das quais quatro são Criminais, quatro Cíveis e três com competência mista: Cível e Criminal, além de quatro Juizados de Violência Doméstica.

De acordo com a juíza auxiliar da Presidência, Flávia Setúbal, a escolha das comarcas que receberiam mais uma vara foi feita a partir de estudo técnico que utiliza como critério a demanda média de casos novos por magistrado das comarcas em comparação com a média geral de casos novos por magistrado do Tribunal. “Identificando-se que existe ‘superdemanda’, é levada proposta à Comissão de Reestruturação e em seguida ao Tribunal Pleno para aprovação”, informa a juíza.

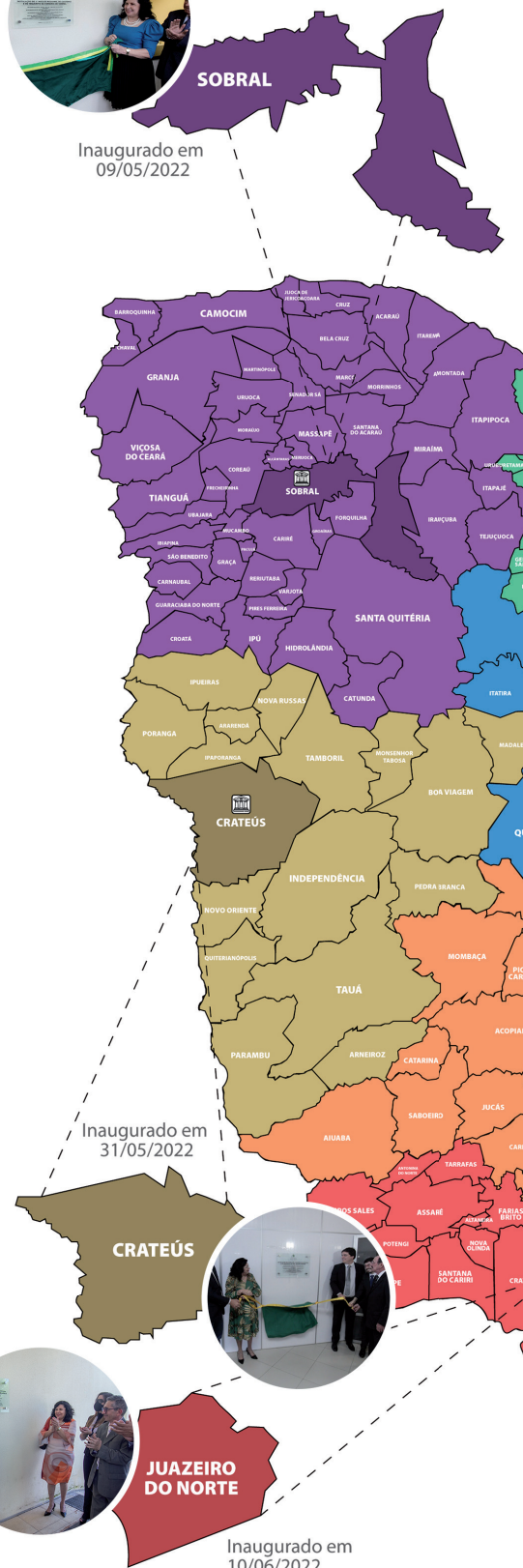
Além disso, foram instalados seis Núcleos Regionais de Custódia e Inquérito em comarcas estratégicas do Judiciário estadual. Os Núcleos agilizam as audiências, porque ficam concentradas e são realizadas por juiz especializado na matéria. Em decorrência, proporcionam ganho de tempo e a diminuição de deslocamento de presos.

BENEFÍCIOS DA CUSTÓDIA

“Um dos objetivos das audiências de custódia é evitar a superlotação de pessoas presas, provisoriamente, em delegacias e unidades prisionais, tendo a sua implementação impactado positivamente no sistema carcerário cearense. Outra vantagem é a análise, sem demora, da prisão flagrancial pelo magistrado, o qual pode determinar a aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão, decretar a prisão preventiva, bem como comunicar aos órgãos de controle acerca da notícia de prática de tortura”, explica a juíza Flávia Setúbal.



Inaugurado em
09/05/2022



Inaugurado em
31/05/2022

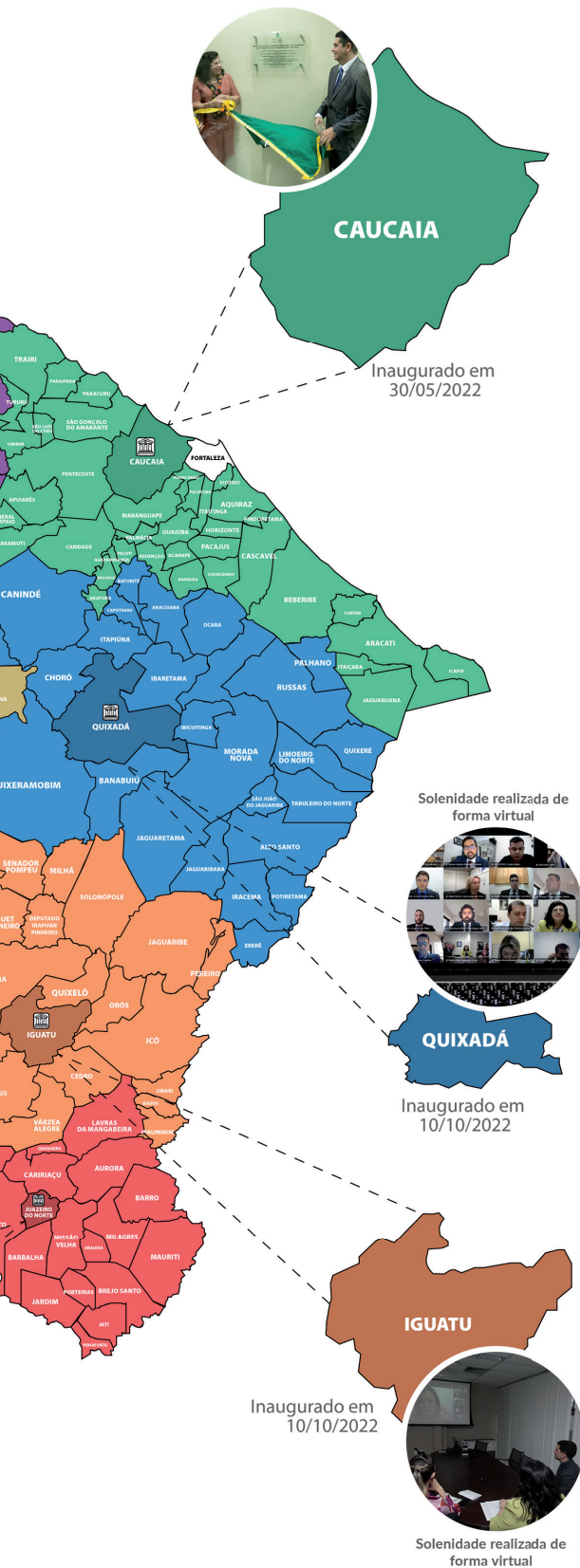


JUAZEIRO
DO NORTE

Inaugurado em
10/06/2022

Antes da implantação dos Núcleos Regionais de Custódia e Inquérito, essas audiências eram feitas de forma pulverizada. O diretor do Fórum de Caucaia, juiz Willer Sóstenes de Sousa e Silva, reiterou a importância do equipamento, durante a inauguração do Núcleo em sua Comarca. “O Brasil assinou protocolos internacionais em que se comprometeu a fazer essa revisão das custódias em até 24 horas por um juiz. E a gente sabe que os tratados internacionais para serem implementados levam um certo tempo, e eu me sinto muito orgulhoso de estar aqui no Estado do Ceará participando da implementação deste Núcleo de Custódia”, ressaltou.

Outra importante mudança advinda com a instalação dos Núcleos é que, desde 2 de novembro, o plantão das comarcas do Interior passou a ser realizado na sede dos seis Núcleos Regionais de Custódia e de Inquérito, com abrangência em todas as comarcas do Interior, e não mais pelos 20 Núcleos Regionais plantonistas (que foram extintos), como era feito anteriormente. A mudança teve como objetivo aperfeiçoar as rotinas de trabalho da Justiça estadual.



APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA CARCERÁRIO

Tornar o sistema carcerário do Ceará referência no Brasil é a meta do TJCE. Em outubro de 2021, foi iniciado o Plano de Reestruturação do Sistema Prisional do Estado. O projeto, realizado pelo Grupo de Monitoramento e Fiscalização (GMF) tem como foco otimizar as ações de execução penal no Ceará, com a organização do Banco Nacional de Mandados de Prisão (BNMP) e o aprimoramento do Sistema Eletrônico de Execução Unificada (SEEU), que centraliza e unifica a gestão de processos da execução penal, permitindo a juízes, advogados, promotores e partes acompanhar o cumprimento das penas, de forma mais eficiente e confiável.

Uma das iniciativas do Plano: Biometria e Documentação Civil de Presos, que está sendo implementada nos presídios cearenses. A ação reforça o papel do Judiciário na implantação de políticas públicas voltadas para o acesso à documentação básica à população carcerária. Também possibilita a correta identificação das pessoas, contribuindo para individualização da pena, gerando impactos positivos na gestão do sistema prisional. Além disso, em posse de seus documentos civis, presos e presas também terão acesso a programas sociais, cursos educacionais e atividades profissionalizantes para retomada da vida em sociedade. ■



Comitê de Produtividade do TJCE

Atuação de núcleos promove maior celeridade processual

A alta produtividade faz com que o cidadão tenha rapidez na solução de suas demandas e uma resposta mais eficaz da Justiça

Brenda Alvino

Para dar mais agilidade aos movimentos processuais, os núcleos de produtividade do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) desempenham importante atuação. Criados com o objetivo de auxiliar no aumento da produtividade e na redução da taxa de congestionamento (que mede o percentual de casos

pendentes de solução) da Justiça estadual, os Núcleos Permanente de Apoio às Comarcas do Interior (Nupaci), de Produtividade Remota (NPR) e de Qualidade da Informação (NQI) trabalham para entregar o que a população mais almeja: a rapidez no trâmite processual.

NUPACI

O olhar atento e acolhedor da presidente do TJCE, desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira, fez com que o Interior do Estado recebesse, em sua Gestão, atenção e muitas melhorias. Uma delas foi a criação do Nupaci, no primeiro semestre de 2021. Durante quase dois anos de atuação, o Núcleo produziu 232.081 expedientes e auxiliou 130 unidades judiciárias interioranas.

“O Nupaci consolidou-se como um instrumento de prestação jurisdicional mais célere e eficaz, garantindo que o cidadão receba, no tempo em que ele precisa, a tutela jurisdicional”, destaca a juíza Ana Carolina Montenegro Cavalcanti, responsável por supervisionar o Núcleo.

A magistrada fala sobre o apoio dado às comarcas interioranas. “Reforçamos o trabalho das comarcas apoiadas, entregando para elas um suporte na execução de seus serviços, de forma uniforme. Chegamos onde a necessidade de fato existe. E o Núcleo provou-se eficaz, não só por conta da produtividade, mas também no sentido de dar um suporte ao Tribunal na execução do seu planejamento estratégico e dos planos administrativos traçados para o Poder Judiciário estadual”.

As atividades de apoio contam com dois polos físicos localizados nas Comarcas de Crato e de Eusébio, com a atuação de 55 técnicos. De lá, a equipe, de maneira remota, consegue desempenhar diversas atividades, como produzir expedientes e atos ordinatórios, e sanear as filas de trabalho. ■

DATAJUD

Entre junho e julho de 2021, a atuação de

30

técnicos judiciários movimentaram

2.787

processos e

28.659

correções de assuntos

SISTEMA PJe

Desde 19 de setembro de 2022, o Nupaci presta auxílio às correções de dados de processos na migração para o sistema PJe.

Já foram corrigidos

13.763

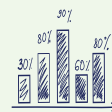
processos

SEJUD CRAJUBAR

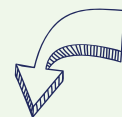
Os trabalhos na Sejud Crajubar começaram em março de 2022 e resultaram na produção de



7.316
documentos



8.535
movimentações



1.478
baixas processuais

NPR

Concentrar esforços para reduzir a taxa de congestionamento é o foco central do Núcleo de Produtividade Remota (NPR). Ele atua por prazo determinado em unidades judiciárias específicas, conforme definido pelo Comitê Permanente de Apoio à Produtividade dos Magistrados. No biênio 2021-2023, o Núcleo foi responsável por, aproximadamente, 10% da produtividade do Primeiro Grau e atuou em conjunto com as unidades judiciárias na elaboração de minutas de despacho, decisões interlocutórias, sentenças e expedientes para comunicação dos atos processuais.

“Entramos na unidade judiciária, trabalhamos com toda a equipe, fazemos o saneamento de ações, cuidamos da baixa processual, e para que a taxa de congestionamento não volte a crescer, organizamos o acervo e orientamos os servidores a respeito das melhores práticas do acervo processual”, explica o gerente do NPR, Eumar Júnior.

Os números revelam que o trabalho tem dado certo. Em 2021, o NPR auxiliou 127 unidades judiciárias, sendo 50 unidades que acumulam competência de Juizados Especiais e 77 unidades da Justiça comum. Já em 2022, foram 128 unidades, das quais 59 com competência de Juizados Especiais e 69 da Justiça comum.

A 1ª Vara de Acaraú recebeu o apoio do NPR durante seis meses e teve auxílio nas demandas repetitivas, no sistema PJe, nas audiências de instrução e conciliação e nos processos conclusos para sentença. A juíza Ana Celina Gurgel, titular da Vara, ressalta que “a atuação do Núcleo agilizou e otimizou os serviços. A presidente, desembargadora Nailde Pinheiro, está de parabéns por ter essa sensibilidade em pensar e ajudar os juízes em suas necessidades”.

NPR 2021 - 2022

PRODUTIVIDADE DOS MAGISTRADOS

Sentenças

75.982

Decisões

22.532

Despachos

83.763

PRODUTIVIDADE DOS SERVIDORES

Processos Movimentados

133.124

Documentos Emitidos

102.354

NQI

O Núcleo de Qualidade da Informação (NQI) exerce o papel de buscar a melhoria das informações processuais que impactam diretamente nos dados informados ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), bem como o aumento da produtividade por meio da análise dos indicadores que subsidiam as decisões do Comitê de Apoio à Produtividade dos Magistrados.

Durante o período de janeiro de 2021 a janeiro de 2023, já foi realizado o saneamento dos atos processuais de 181 unidades, na Capital e no Interior, contabilizando cerca de 4.882 processos arquivados. Além do saneamento das unidades, o Núcleo busca padrões de inconsistências para trabalhar as correções em lote, por meio do banco de dados dos sistemas judiciais, visando minimizar os erros nas estatísticas do Poder Judiciário Cearense. Foram baixados administrativamente 38.572 processos.

Miguel Mota, diretor do NQI, destaca que a precisão das informações auxilia nas estatísticas e faz com que a Gestão do Tribunal tome decisões mais assertivas, o que, consequentemente, reverbera em um cenário mais fiel à realidade. “O auxílio às unidades judiciárias, a criação de novas varas ou juizados, ou qualquer tipo de mudança ou competência, por exemplo, são feitos de acordo com estudos técnicos de dados provenientes do Núcleo. Daí a importância do trabalho que vem sendo realizado”, conclui.

Entre as ações em andamento e já realizadas estão: o saneamento de dados do projeto Datajud, o projeto de unificação do Sistema PJe, a revisão dos perfis dos usuários no SAJ e a revisão e padronização das nomenclaturas das unidades nos sistemas. ■

NQI 2021 - 2022

117



unidades judiciárias saneadas

4.882



processos arquivados

38.572



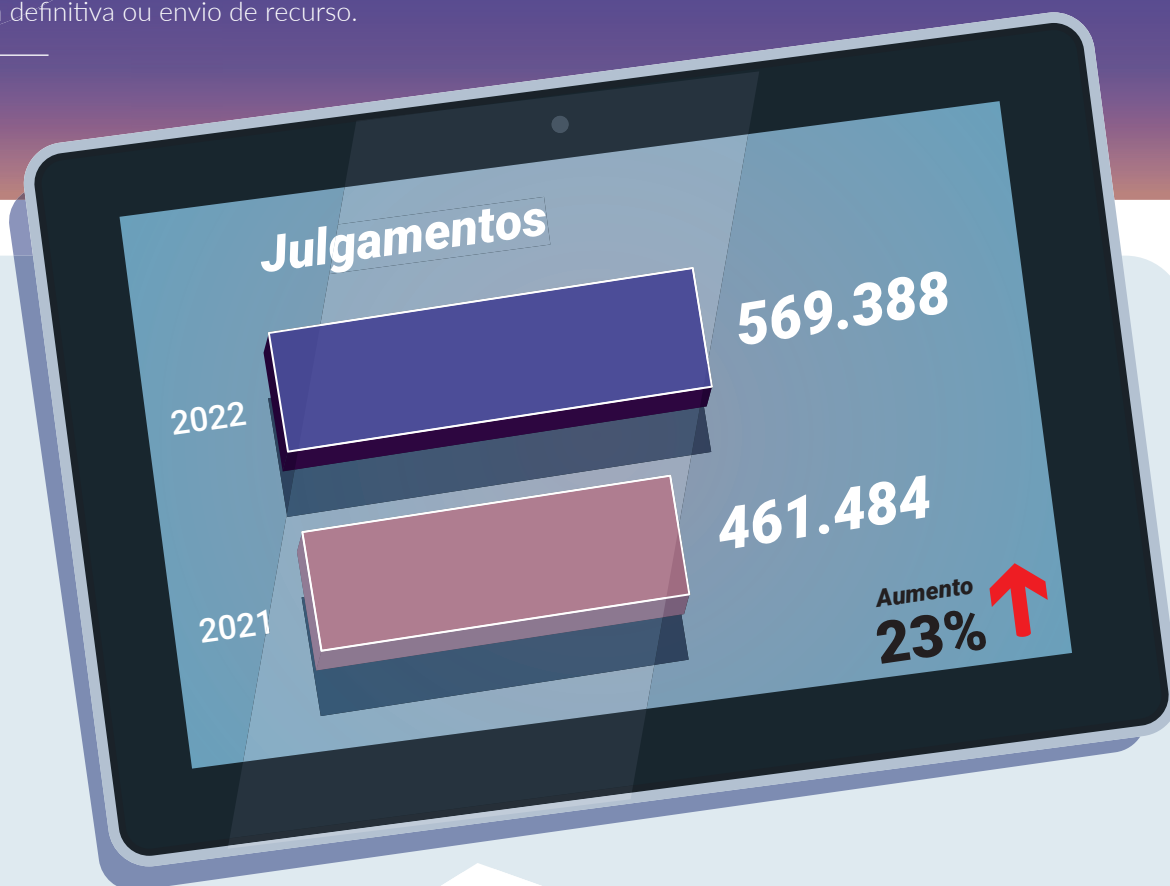
processos baixados

Recorde de Produtividade

Em 2022, o Poder Judiciário do Ceará registrou os melhores resultados dos últimos cinco anos. Nos dois anos de Gestão, foram mais de um milhão de processos julgados, um recorde na série histórica. Além disso, houve um expressivo número de baixas processuais, que é quando o processo é retirado dos sistemas em razão de arquivamento, baixa definitiva ou envio de recurso.

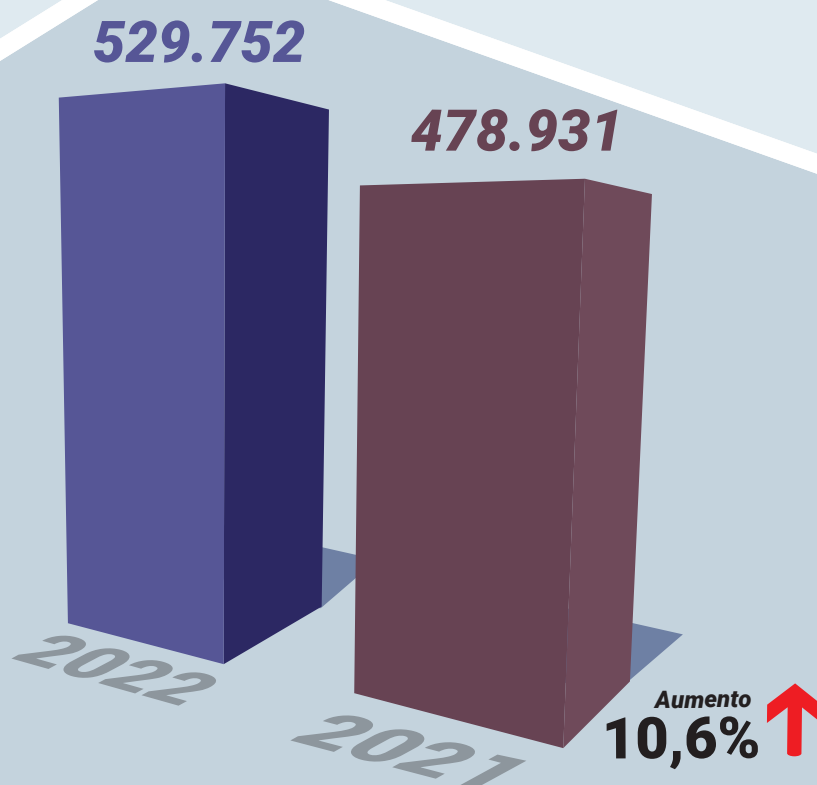
Camilla Carneiro

Gestão 2021-2023



Baixas processuais

Os números mostram o aumento expressivo na produtividade durante a gestão da presidente do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira. Os números são divulgados pelo Comitê da Produtividade, que se reúne mensalmente e possibilita o acompanhamento dos dados e o constante crescimento. "Esse trabalho nos ajuda a orientar as unidades, alinhar metas e procedimentos, estabelecer fluxos e definir prioridade", ressalta a chefe do Judiciário.



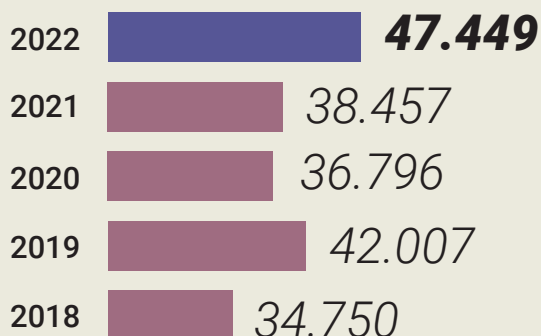
Série Histórica

O aumento ainda é maior se relacionado à série histórica do Judiciário cearense. A produtividade teve o melhor resultado desde 2018. Quando comparamos a média mensal de julgamentos e baixas processuais nesse período (1º e 2º Graus e Turmas Recursais), o crescimento é ainda mais expressivo.

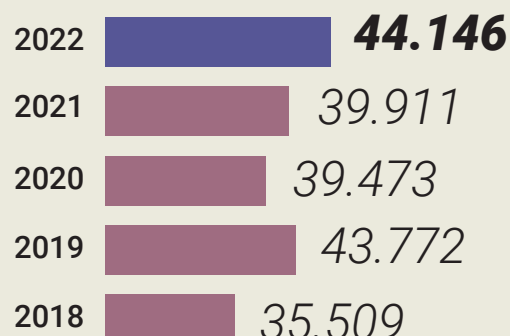
Além dos números gerais, o Comitê analisa o andamento processual por área de atuação e níveis de competência, procurando detectar problemas como a vacância em comarcas, que possam interferir na produção. Isso possibilita a menor taxa de congestionamento do período, além do aumento no número de sentenças por magistrado.

Média Mensal

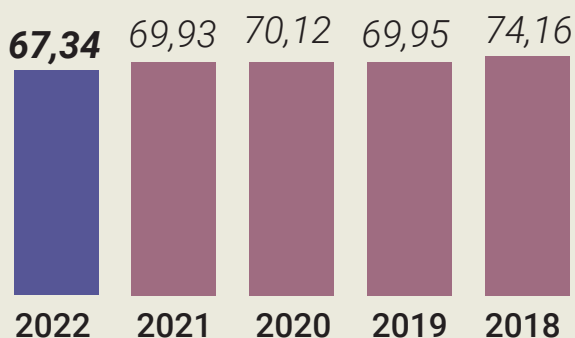
Julgamentos



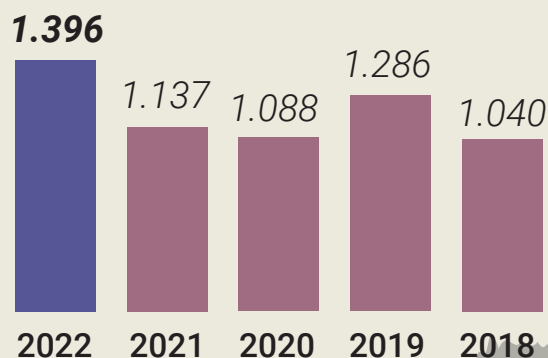
Baixas Processuais



Taxa de Congestionamento



Sentença por Magistrado



Retorno das sessões presenciais aumenta produtividade no Júri

Com o enfraquecimento da pandemia, o julgamento de crimes dolosos contra a vida cresce significativamente

Juliano de Medeiros

A pandemia da Covid-19 impôs muitas adaptações ao Poder Judiciário. Enquanto muitos procedimentos puderam prosseguir de forma remota, um dos institutos mais tradicionais neste âmbito, existente desde 1822, foi também o mais prejudicado. Completando 200 anos, o Tribunal do Júri, que julga crimes dolosos contra a vida, como homicídios e tentativas de assassinato, ocorre apenas de forma presencial. E, por isso, passou por um período desafiador, e, oportunamente, de trabalho intenso, esforço coletivo e superação.

Durante o isolamento social, as sessões precisaram ser suspensas e, dessa forma, os casos começaram a se acumular. Se todas as movimentações processuais e audiências podiam ser feitas no ambiente virtual, os júris precisaram aguardar a possibilidade de voltar com segurança. O ano de 2022, com o retorno completo ao trabalho presencial, foi um período de inúmeros recordes de produtividade nas Varas do Tribunal do Júri da Comarca de Fortaleza.

O aumento é notório: se, em 2021, as cinco Varas do Júri em Fortaleza realizaram 205 julgamentos, em 2022, esse número aumentou significativamente, alcançando 356. No Interior do Estado, foram feitos 222 júris em 2021. Já em 2022, foram 490 casos julgados neste formato.

O coordenador das Varas da Área Criminal, juiz Felipe Augusto Rola Pergentino Maia, avalia que, apesar da grande adversidade, o trabalho das Varas do Júri precisa ser parabenizado. “Foi um período bem complicado com pandemia. As unidades do júri tiveram dificuldades, com um certo represamento de processos. Mas, apesar de tudo isso, aos poucos, voltaram a realizar as audiências e as sessões de réus presos e em casos em que a prescrição já estava próxima. Conseguiram dar vazão de forma satisfatória para um período tão complicado”.



Salão do Júri no Fórum Clóvis Beviláqua

PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE

A juíza Daniela Lima da Rocha, da 3ª Vara do Júri da Comarca de Fortaleza, é uma apaixonada pelo instituto do Tribunal do Júri. Segundo ela, “ainda é a melhor forma de julgar pessoas que supostamente praticaram crimes dolosos contra a vida. É democrática, tendo participação da sociedade. O júri é uma espécie de vitrine da Justiça”.

Assim como em todas as outras varas, o período sem sessões gerou uma retenção de processos na 3ª do Júri. “Nesses dois anos mais difíceis, 2020 e 2021, nós tivemos aqui um prejuízo muito significativo. Ficamos impedidos de realizar as sessões de julgamento, que é o ato que dá vazão ao processo. Em setembro de 2020, nós conseguimos voltar, mas, no início de 2021, tivemos de suspender novamente, só retornando em junho. Tudo isso ocasionou uma subida na nossa taxa de congestionamento, que ficou em níveis de mais de 70%. Tivemos um grande prejuízo nesse primeiro momento”.

O retorno das atividades, no entanto, foi de intenso trabalho, com julgamentos de segunda a quinta-feira, em um esforço coletivo para dar vazão à quantidade de processos. “Com muito trabalho, nós começamos a marcar mais júris por semana. Isso fez com que conseguíssemos baixar, ainda em 2021, os números de processos acumulados. Em 2022, nós melhoramos muito essa taxa de congestionamento, com um índice de atendimento à demanda muito bom, superando 106%”.



Réu durante sessão de julgamento

JURADOS

Terminados os ritos do julgamento, o grupo de jurados, composto por sete cidadãos, respondem um questionário com cédulas de votação para definir se consideram o réu culpado ou não. Essa situação se repete em todas as sessões. A função de jurado constitui serviço público relevante e estabelece presunção de idoneidade moral. Para eles, representar a sociedade perante a Justiça é um orgulho. É o caso das juradas Camila Moreira e Danielle Beviláqua.

“Eu particularmente gosto muito. Existe aquela sensação de responsabilidade. Cabe a nós fazer justiça da melhor forma. Temos que ouvir os debates, pensar e tomar a decisão. Dessa forma, fazemos um bem à sociedade”, explica Camila, no seu terceiro ciclo como jurada.

Já Danielle, em sua primeira experiência no Júri, confessa que tem aprendido muito. “A minha vivência é pedagógica, de sala de aula. E aqui a gente passa a conhecer mais sobre as leis, sobre os nossos direitos

e deveres. Entendemos aqui como devemos julgar, exaurindo todas as provas e de acordo com os autos. Sem deixar a nossa opinião pessoal interferir”.

Anualmente, são sorteados 125 jurados, sendo 25 por vara, além de 15 suplentes por unidade. Essas pessoas terão a responsabilidade de, ao longo do ano, compor os conselhos de sentença (júri popular), formados por sete jurados que decidem o destino de uma pessoa acusada de crimes dolosos, ou intencionais, contra a vida. As sentenças do júri popular são consideradas as mais democráticas do Direito, pois nesses casos quem julga o réu é a sociedade. O Código Processual Penal determina que deve haver reciclagem periódica dos jurados. Dessa forma, as pessoas que compõem o corpo de jurados não podem fazê-lo em dois anos consecutivos e também não podem atuar em duas varas do júri no mesmo ano.



Sorteio dos jurados para atuarem nas Varas do Júri



Sessão de julgamento no 3º Salão do Júri de Fortaleza

TECNOLOGIA

Apesar de o júri só ocorrer de forma presencial, o auxílio da tecnologia também está presente de forma relevante nas salas de julgamento. Muitos depoimentos são realizados remotamente, em vídeo, o que facilita a vida de pessoas envolvidas no processo. “Facilitou muito. Antes, nós tínhamos muitas ausências. Tem gente que não consegue se deslocar e consegue um celular de um parente, de um vizinho. Dessa forma, foi possível ter uma clara evolução”, explica o juiz Felipe Pergentino Maia.

Para a magistrada Daniela Lima, “o público externo se adaptou melhor do que esperávamos. As testemunhas, por exemplo, se sentem mais confortáveis de falar de onde estejam. É mais econômico para elas. Esse formato tem favorecido uma maior presença de testemunhas”. De acordo com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o réu preso fora da sede da comarca ou em local distante da subseção judiciária participará da audiência por videoconferência, a partir do estabelecimento prisional ao qual estiver recolhido. A pedido da defesa, a participação de réu preso na sede da Comarca ou do réu solto poderá ocorrer por videoconferência. ■

Judiciário cearense reforça atendimento com novos magistrados e servidores

Com o objetivo de ampliar a capacidade de assistência e a celeridade na tramitação dos processos, entre os anos de 2021 e 2022, o Tribunal de Justiça estadual convocou 286 servidores concursados, além de 55 novos juízes

Wanderley Filho



Em dois anos, TJCE convocou 286 novos servidores

O compromisso da atual administração do Poder Judiciário cearense, além do foco em tecnologia e infraestrutura, também potencializou investimentos em gestão de pessoas. Foram realizados dois concursos para servidores, planejados a partir do acompanhamento constante das unidades judiciárias e suas necessidades, observando a sustentabilidade financeira e a melhor distribuição dos profissionais para atender às demandas. Os concursos foram lançados visando o preenchimento de vagas para cargos de oficial de justiça e analista judiciário. A Gestão também anunciou a realização de um novo certame para técnico judiciário com a oferta de 50 vagas.

Para a presidente do TJCE, é fundamental investir no fator humano para aproximar o Judiciário do público. “O bom gerenciamento de pessoal é fundamental para mesclar a experiência dos que estão há mais tempo na Instituição, com as inovações trazidas pelos que chegam

agora. O concurso garante essa troca de saberes entre profissionais qualificados. Também é importante o diálogo com os servidores, pois isso contribui para que os gestores possam planejar, dentro das nossas possibilidades, a melhor alocação dessa força de trabalho, com a melhor infraestrutura para o seu desempenho, proporcionando uma maior humanização e excelência do serviço prestado ao jurisdicionado”.

A servidora Bruna Lira, lotada na Comarca de Uruburetama, afirma que sempre desejou a conquista de um cargo público. “Espero ser bem-sucedida na missão de prestar meu serviço à população cearense”.

Francisco das Chagas Lima, atuando na Comarca de Sobral, enfatiza a importância de ser servidor num órgão “tão importante como o Judiciário, pois presta um serviço fundamental à sociedade, que é entregar justiça as pessoas”.

PLENO AMPLIADO

Atualmente, o Pleno do TJCE tem 53 desembargadores. Em 29 de outubro de 2021, foi sancionada pela Assembleia Legislativa do Ceará a Lei Estadual nº 17.743, que criou 10 cargos de desembargadores, sendo oito destinados a juízes de carreira e dois para a advocacia. O reforço foi baseado em estudos da Secretaria de Planejamento e Gestão do Tribunal, em consonância com as normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O levantamento constatou um aumento de demandas judiciais, só no 2º Grau, na ordem de 93% no triênio 2017/2020.

A medida faz parte de um conjunto de esforços para aumentar a capacidade de atendimento da Justiça estadual: “Nosso objetivo é sintonizar demanda e capacidade operacional, a partir de um rigoroso planejamento, baseado em critérios administrativos e econômicos avaliados pelo Poder Legislativo, de modo a acompanhar o natural crescimento das demandas que a sociedade encaminha às comarcas do Interior e da Capital, preservando, assim, os avanços de qualidade e celeridade nos serviços prestados pela magistratura de 2º Grau, registrados nos últimos anos”, diz a chefe do Judiciário cearense.



Juízes empossados



Servidores empossados



Festa do ABC da Creche-Escola do Judiciário

VALORIZAÇÃO

Além de novos servidores, a atual Gestão também prezou pelo bem-estar dos colaboradores da Justiça. No período, a administração potencializou investimentos na Creche-Escola do Judiciário cearense ao oferecer educação infantil de qualidade aos filhos de magistrados e servidores.

Em 2022, a instituição de ensino comemorou 23 anos de atuação com a instalação de duas turmas do 1º ano do Ensino Fundamental (antiga alfabetização) e a entrega de uma série de melhorias, que incluem a reforma e aquisição de novos equipamentos, como mesas e cadeiras escolares, ventiladores, forno e fogão industrial, além da instalação de uma brinquedoteca, por meio de parceria com a Secretaria de Proteção Social (SPS) do Governo do Estado do Ceará. “É como um presente de Deus, para mim, ter possibilitado essa iniciativa na minha Gestão. É uma grande conquista para todos aqueles que têm filhos e filhas estudando na Creche”, ressalta a presidente do TJCE. ■

Vice-Presidência fortalece Programa de Celeridade e Produtividade no 2º Grau

O trabalho desenvolvido pela Vice-Presidência concentrou esforços para agilizar os processos em tramitação e reduzir as taxas e índices de congestionamento, promovendo uma Justiça ainda mais eficiente

Ana Carolina Palhano

No âmbito do 2º Grau, a Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) supervisiona o Programa de Celeridade e Produtividade do Judiciário cearense. As atividades são divididas em dois grupos de trabalho: Núcleo de Qualificação do Acervo (NQA), que atua no saneamento de acervos processuais dos gabinetes, e o Núcleo de Auxílio à Produtividade (NAP), que abrange elaboração de minutas relativas a demandas repetitivas.

De fevereiro de 2021 a dezembro de 2022, o NQA examinou um total de 53.147 processos, com 29.188 movimentações, atuando diretamente para a baixa de 9.764 feitos. Já no NAP, foram elaboradas 4.003 minutas de decisões colegiadas e monocráticas, com 33 ciclos de atendimentos realizados em 30 gabinetes, dos quais 25 foram encerrados e oito seguem em atendimento.

Instituído na última gestão, em que a Vice-Presidência era comandada pela desembargadora Maria Naide Pinheiro Nogueira, hoje à frente da Presidência, o NAP foi ampliado entre 2021 e 2022. “A desembargadora plantou as raízes. Sua equipe fez um grande trabalho, pois toda implantação traz um nível maior de dificuldade. E a nossa gestão foi de continuidade e melhorias”, ressalta o vice-presidente do TJCE, desembargador Abelardo Benevides Moraes.

Em abril de 2022, o NAP passou por uma ampliação da equipe. Foram lotados 12 servidores, o que possibilitou aumentar o número de minutas entregues aos gabinetes. “Alguns desses servidores foram direcionados para a correção das minutas elaboradas. Com a concentração na força de trabalho, foi possível ampliar a capacidade de produção para 110 minutas por semana”, explica o juiz Marcelo Roseno, auxiliar da Vice-Presidência.

PRODUTIVIDADE

Durante os dois anos de gestão, saíram 862 processos a mais do que entraram na Vice-Presidência. Dessa forma, a unidade conseguiu baixar o acervo processual, cumprindo a meta setorial de expedir, dentro do prazo de 30 dias, atos judiciais nos processos que chegam para exame.

17.967
Decisões monocráticas

1.340
Decisões colegiadas

10.927
Despachos



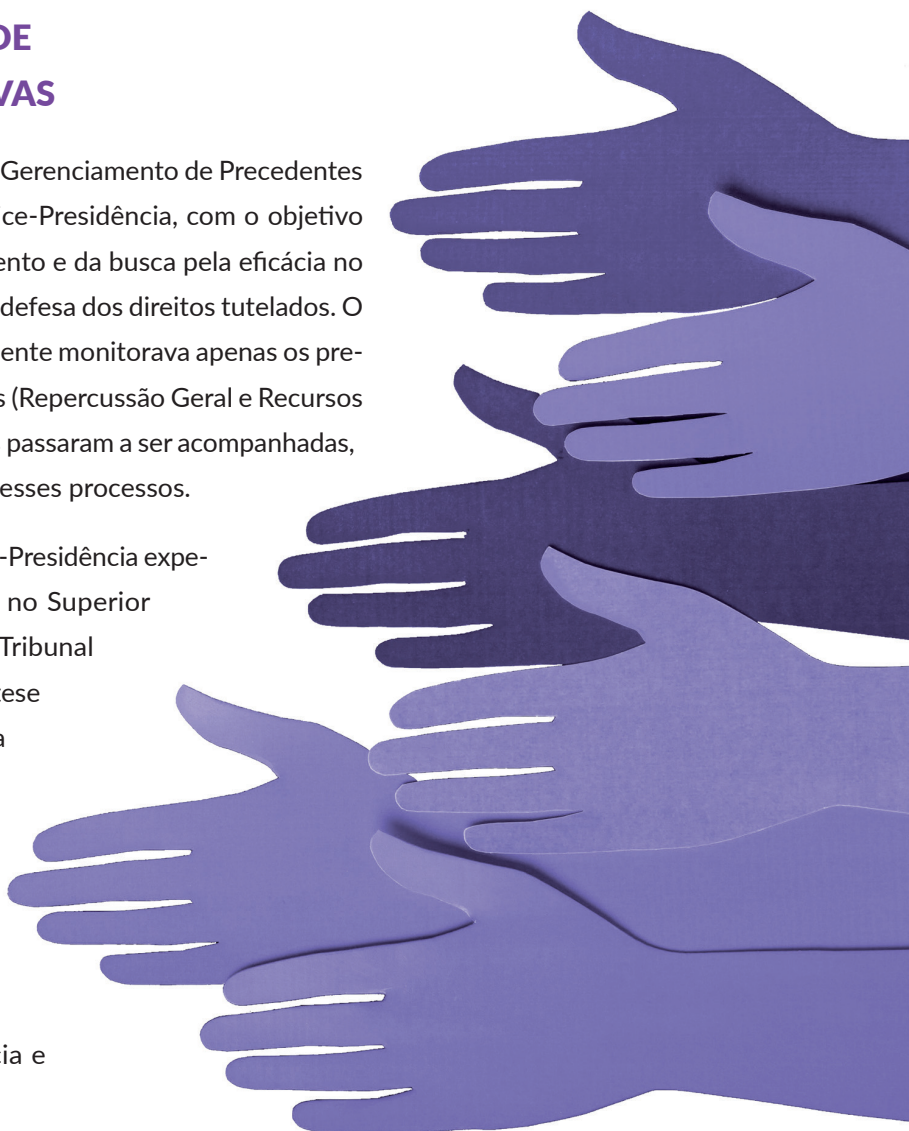


Equipe da Vice-Presidência do TJCE

NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DE PRECEDENTES E AÇÕES COLETIVAS

Em agosto de 2022, foi instituído o Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e Ações Coletivas (Nugepnac), vinculado à Vice-Presidência, com o objetivo de promover o fortalecimento do monitoramento e da busca pela eficácia no julgamento das ações coletivas, que garante a defesa dos direitos tutelados. O Nugepnac substituiu o NUGEP, que anteriormente monitorava apenas os precedentes qualificados nos Tribunais Superiores (Repercussão Geral e Recursos Repetitivos). Agora, também as ações coletivas passaram a ser acompanhadas, permitindo sugerir uniformização na gestão desses processos.

Para tanto, durante o biênio 2021-2023, a Vice-Presidência expediu 71 ofícios, relacionados a 48 afetações no Superior Tribunal de Justiça (STJ) e três no Supremo Tribunal Federal (STF); com um total de 34 fixações de tese no primeiro e 19 no segundo. No Gabinete da Vice-Presidência tramitam feitos com interposição de recurso extraordinário, dirigidos ao STF, recurso especial de competência do STJ, além de recurso ordinário em mandados de segurança e habeas corpus, como também os respectivos agravos, recursos internos, pedidos de distribuição de urgência e dúvidas sobre distribuição processual. ■



Corregedoria-Geral leva cidadania à população em situação de rua

Desde agosto de 2022, o projeto Caminho da Visibilidade já atendeu mais de 180 pessoas em situação de vulnerabilidade com a emissão da 1ª ou 2ª via da Certidão de Nascimento

Ulysses Sousa

Sem uma Certidão de Nascimento a pessoa não existe para o Estado, sendo impedida de obter outros documentos e ingressar em políticas públicas governamentais, além de impossibilitar que seja atendida em hospitais e beneficiada por programas de vacinação. Nesse sentido, a Corregedoria-Geral da Justiça do Ceará, em parceria com a 1ª Vara de Registros Públicos de Fortaleza, deu início ao projeto Caminho da Visibilidade, beneficiando aqueles que precisavam ser vistos.

A iniciativa, que conta com o apoio da Presidência do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), já recebeu 183 solicitações de pessoas que não possuem a certidão ou o registro está muito envelhecido. Desse total, 128 foram concluídas, com a devida confecção dos documentos correspondentes. O atendimento

presencial à população é realizado em dias programados em praças no Centro de Fortaleza, sob a coordenação da Gerência de Correição e Apoio às Unidades Extrajudiciais da Corregedoria.

A idealizadora, juíza Sônia Abreu, titular da 1ª Vara de Registros Públicos, explica que, após requerida a Certidão de Nascimento, “iniciamos uma pesquisa junto aos cartórios da Capital ou no local onde a pessoa nasceu, para saber se ela já tem registro. Se encontramos a certidão, pedimos uma 2ª via e entregamos para a pessoa. Caso não seja registrada, a gente determina o registro. Nosso objetivo é atender a todos”. A magistrada acrescenta que a Certidão de Nascimento é um instrumento de “afirmação da cidadania e inclusão social para pessoas em situação de rua”.

COMBATE AO SUB-REGISTRO CIVIL

Inicialmente, o projeto é realizado na Comarca de Fortaleza envolvendo o público-alvo que esteja amparado pela casa de assistência social Higiene Cidadã. A medida considera o acentuado número de pessoas em situação de rua, sem registro de nascimento, impedidas de ingressar em políticas públicas governamentais.

“Há muito tempo o Poder Judiciário tem dirigido sua atenção ao combate do sub-registro civil, prova disto é o Provimento nº 13/10, do Conselho Nacional de Justiça, que dispõe sobre a emissão de certidão de nascimento nos estabelecimentos de saúde que realizem partos, por meio de unidades interligadas”,

explica o corregedor-geral, desembargador Paulo Airton Albuquerque Filho.

Ele enfatiza que a Corregedoria “volta o seu olhar sobre a população hipervulnerável dos moradores de rua do Estado do Ceará, buscando dar-lhes acesso à principal insígnia da cidadania: o registro civil de nascimento. Muito mais do que uma certidão, o projeto em comento torna possível o resgate da cidadania dessas pessoas, posicionando-as, pela primeira vez, como destinatários das mais diversas políticas públicas assistencialistas. Enfim, significa um grande salto na melhoria de suas vidas”.

MAIS AÇÕES

A Corregedoria-Geral aprimorou as inspeções e correções nas serventias extrajudiciais (cartórios) do Estado. Em janeiro de 2022, foi instituído o Sistema de Correição e Inspeção Extrajudicial (SCI). Composta por dois módulos principais, Inspeção de Conformidade e Inspeção Fiscal, a ferramenta tornou-se o meio oficial para a realização, controle e monitoramento de inspeções extrajudiciais no âmbito do Estado, permitindo diversas correções e melhorias nas funcionalidades referentes à inspeção de conformidade.

Entre as funcionalidades disponibilizadas pelo SCI, é possível destacar a capacidade do acompanhamento

das inspeções. Nela é permitido aos técnicos da Corregedoria, assim como ao administrador do sistema, terem acesso às informações de atualização da ficha cadastral, das respostas quanto aos itens de infraestrutura e, por fim, das informações relativas aos relatórios inicial, final e monitoramento das inspeções.

Para a implementação do Sistema, foram promovidos diversos treinamentos para juízes, cartorários e técnicos da Corregedoria. As capacitações ocorreram tanto de forma presencial como também via on-line. Esses treinamentos também foram gravados e disponibilizados aos usuários.



Corregedor-geral, desembargador Paulo Airton Albuquerque Filho



Parte da equipe de colaboradores da Corregedoria

SISTEMA DE CONTROLE DE CONTAS DOS INTERINOS

Para aperfeiçoar as ferramentas de fiscalização e a relação dos cartórios com a Corregedoria, foi instituído, em maio de 2021, o Sistema de Controle de Contas dos Interinos (Sin-CCI). O material, que consta em manual, foi criado para assegurar maior transparência, celeridade e eficiência na análise de contas de interinos ao assumir cartórios vagos até a posse de um novo tabelião titular por meio de concurso público. O objetivo é modernizar, dinamizar e facilitar o acesso do interino de forma célere à prestação de contas junto ao Judiciário cearense.

A Corregedoria promoveu capacitações para orientar e esclarecer dúvidas acerca do Sistema. O treinamento proporcionou aos interinos maior conhecimento, facilitando a execução das atividades cartoriais. Durante as capacitações, eles conheceram detalhes teóricos e práticos do acesso ao Sin-CCI, funcionalidades, apresentação e preenchimentos de tela do Sistema.

O corregedor-geral ressalta que a iniciativa deu um “salto extraordinário com arrecadação recorde em benefício do TJCE, ultrapassando o montante de R\$ 10 milhões de reais na Gestão. A capacidade contributiva da Corregedoria é imensa e para esse fim, deve ser reestruturada minimamente. Apresentamos o projeto aos desembargadores Nailde Pinheiro e Abelardo Benvides, ambos muito sensíveis e comprometidos com nossa Instituição e com o jurisdicionado”.

O desembargador acrescenta que a Corregedoria produziu “relatório analítico substanciado de todas as suas atuações, sempre com foco no diálogo e na gestão com humanização, tanto dos servidores, como do jurisdicionado. Outro ponto relevante destacado é a emissão de Provimento que tratou sobre as desocupações coletivas, humanizando o procedimento nos tempos de pandemia e pós-pandemia”. ■



Esmec: melhorias estruturais e tecnológicas fortalecem capacitações

A Escola Superior da Magistratura do Ceará incorporou novas tecnologias para ampliar o conhecimento jurídico, validando o nível de excelência conquistado em 36 anos de atuação

Marina Albuquerque

O biênio 2021-2023 na Escola Superior da Magistratura do Ceará (Esmec) foi marcado por avanços nas qualificações de magistrados e servidores, fortalecendo a cultura de inovação. Fundamental no aperfeiçoamento e desenvolvimento de competências profissionais, a formação continuada foi aprofundada com uma ampla diversificação da grade

de cursos. Como resultado, foram realizadas 74 capacitações, com mais de 1.664 formados. Cerca de 67% ocorreram na modalidade Educação a Distância (EaD), o que ampliou a possibilidade de treinamentos direcionados ao Interior. Também se destaca a conclusão das turmas VI e VII do Curso de Formação Inicial de Magistrados, com 57 novos juízes formados.

PÓS-GRADUAÇÃO

A Esmec inovou ao ofertar Pós-Graduação em Direito Público e Poder Judiciário na modalidade híbrida. Os estudantes estão sendo capacitados por meio do compartilhamento de conhecimentos e desenvolvimento das competências, aplicando técnicas e procedimentos eficientes na solução de problemas jurisdicionais.

Fortalecendo a integração interinstitucional, a Escola da Magistratura renovou suas parcerias com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), na oferta

do Ciclo de Formação em Direito e Economia, e com a Universidade Estadual do Ceará (UECE) na promoção do Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas. No âmbito da extensão, foram realizadas 76 turmas de capacitação para o Processo Judicial Eletrônico (PJe), com mais de 1.989 cursistas formados. A Escola também está concluindo a contratação de nova turma de Master in Business Administration (MBA).

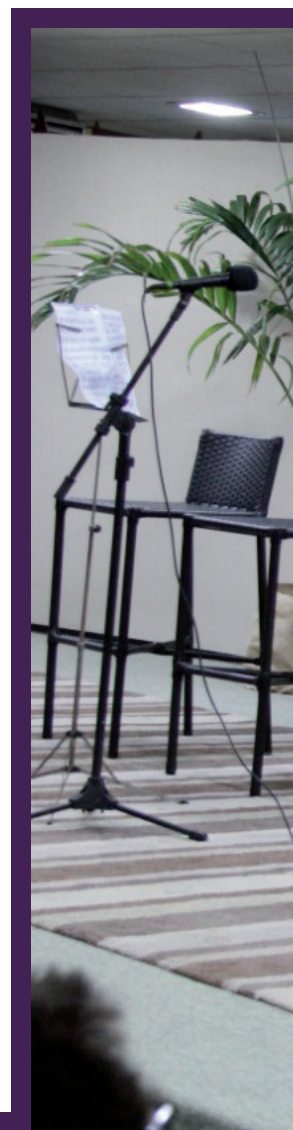


Capacitação no auditório da Esmec

ARTE E PESQUISA

Impulsionando a pesquisa de alto nível e garantindo a produtividade, a Esmec empenhou-se no fortalecimento do Grupo de Pesquisa “Dimensões do Conhecimento do Poder Judiciário”, com a criação de linha focada em Jurimetria e Incremento da Produtividade. Destacam-se também conquistas do periódico científico da Esmec, a Revista Themis, na aquisição do Digital Object Identifier (DOI), conferindo mais visibilidade para os artigos científicos publicados, e a modernização da página eletrônica.

Para garantir a interlocução com a sociedade e contemplar o público externo em suas ações educativas, a Esmec realizou, no biênio, 32 eventos abertos ao público, como palestras, simpósios, webinários e atrações voltadas para a arte e cultura. O Projeto Esmec Artes realizou duas edições do Sarau Alucinação, homenageando os artistas Antônio José Soares Brandão e Petrúcio Maia, e o bate-papo “Belchior – Poesia e Música”, com o professor José Gomes Neto. A sede da Esmec recebeu as exposições “Arte de Sonhar e Resistir”, com obras de magistradas e servidoras do TJCE, e “Presidentes”, de curadoria interna do Museu da Fotografia de Fortaleza, além de promover diversos lançamentos de livros.



Exposição “Devoção” disponibilizada durante o evento Esmec Artes



Sarau Alucinação



Sala de Educação a Distância

REESTRUTURAÇÃO FÍSICA E ADMINISTRATIVA

No âmbito da estrutura física, o prédio da Esmec passou por obras de melhorias e ampliação. Em 2021, foi entregue ao corpo docente e discente espaço exclusivo para a modalidade Educação a Distância. Foram disponibilizados dois estúdios profissionalmente equipados para gravação e transmissão de aulas remotas. Em 2022, visando atender ao crescente volume de atividades acadêmicas e artísticas, a sede passou por reestruturações em termos de acessibilidade e segurança, destacando-se a reforma da coberta e da secretaria, troca de todo o piso das salas de aula e biblioteca, construção

de novos banheiros e dois miniauditórios, além de espaço externo de convivência com paisagismo.

Administrativamente, a Escola passou a contar com uma Diretoria Administrativa, além da Pedagógica. Também foi instalado um Núcleo de Governança. A reforma administrativa, alinhada ao fortalecimento da cultura de inovação, oportunizou o mapeamento de todos os processos de trabalho da Esmec, assim como a criação de painéis de informações intuitivos para gestão de dados. ■

Comissão de Transição mapeia áreas e define planejamento para a próxima Gestão

Um total de 23 reuniões administrativas foram promovidas pelas equipes da atual e futura Gestão do Judiciário do Ceará. Os encontros ocorreram para a troca de informações e continuidade do planejamento para o biênio 2023-2025

Crisley Cavalcante



Atuais e futuros gestores do TJCE

As equipes se reuniram sob o comando da Comissão de Transição da Gestão 2023-2025, quando relatórios da Presidência, Vice-Presidência e Corregedoria-Geral foram entregues à próxima Gestão. A presidente do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira, transmitirá o comando da Justiça cearense ao desembargador Antônio Abelardo Benevides Moraes no dia 31 de janeiro de 2023.

REUNIÕES

Durante os encontros foi apresentada a situação atual da Administração e como funciona cada secretaria e órgão do TJCE, além da parte orçamentária, com destaque para o quadro financeiro e de pessoal. Entre as informações que constam no relatório da Presidência, estão o Plano Estratégico TJCE 2030; estatísticas processuais das unidades judiciárias; proposta orçamentária de 2023; relatório de Gestão Fiscal do último quadrimestre; Plano de Obras; relatórios das comissões, comitês e grupos de trabalhos do TJCE.

No mesmo contexto, também realizaram reuniões de transição a Vice-Presidência, que tem à frente o desembargador Abelardo Benevides e que em 2023 estará sob a Gestão do desembargador Heráclito Vieira; e a Corregedoria-Geral da Justiça, atualmente liderada pelo desembargador Paulo Airton Albuquerque Filho. A desembargadora Edna Maria Martins será a próxima corregedora-geral.

“Desde o início, nos sentimos inseridos na Gestão, e isso aconteceu porque nós procuramos agir com o pensamento institucional. É um trabalho permanente e, por isso, acredito que o Tribunal está vivendo um de seus grandes momentos”, disse o futuro presidente do Judiciário estadual.

governança que permite, no momento da transição, seguir um modelo que contempla o conhecimento de quem está assumindo as respectivas áreas, mas com margem para que cada Gestão dê o direcionamento de acordo com as prioridades”, afirma o juiz.

Além disso, a Comissão de Transição realizou visitas às unidades do Judiciário, como a Escola Superior da Magistratura do Ceará (Esmec), a Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua e as Turmas Recursais. “Agora que cumprimos com sucesso a base de apropriação das informações e dos dados dos setores e secretarias, efetuamos o planejamento e vamos começar a Gestão em fevereiro com o projeto sendo executado. Esse período foi para isso, conhecer, planejar e refinar as ações para começar com foco total”, destaca Marcelo Roseno. ■

COMISSÃO DE TRANSIÇÃO



À frente da Comissão de Transição, o juiz Marcelo Roseno, que será auxiliar da Presidência no biênio 2023-2025, explica que nesse modelo de transição apresentado foram mapeadas, no primeiro momento, 17 unidades administrativas que realizaram apresentações setoriais, com resultados, estratégias e metas futuras; e promovidas mais seis reuniões temáticas sobre projetos mais robustos que serão implementados nos próximos anos.

“A segunda etapa foi a definição de projetos estratégicos e possíveis alterações de acordo com as prioridades que a futura Gestão vai traçar. O Tribunal de Justiça tem hoje um nível de maturidade da sua

“Desde o início, nos sentimos inseridos na Gestão, e isso aconteceu porque nós procuramos agir com o pensamento institucional. É um trabalho permanente e, por isso, acredito que o Tribunal está vivendo um de seus grandes momentos”

Desembargador Abelardo Benevides



Videoconferências proporcionam maior celeridade às resoluções de conflitos

Como forma de promover a resolução de conflitos, a conciliação e a mediação se destacam como principais iniciativas para uma Justiça mais rápida e efetiva com o auxílio da videoconferência

Emanuelly Neri

Pilares da Gestão do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), a conciliação e a mediação vêm se fortalecendo nos últimos dois anos. Desde o início da pandemia da Covid-19 e do distanciamento social, o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec) buscou formas de incentivar a realização de audiências conciliatórias e de mediação no Estado, essenciais ferramentas de diálogo e desjudicialização.

Para ampliar o número de acordos, o Judiciário do Ceará modernizou os serviços prestados à população, por meio das videoconferências. Só no Centro Judiciário de Solução de Conflitos (Cejusc) de Fortaleza,

localizado no Fórum Clóvis Beviláqua, são realizadas, diariamente, mais de 80 audiências virtuais. A tecnologia imprimiu maior celeridade aos trabalhos com a criação de salas on-line.

O Cejusc da Capital conta com 22 salas virtuais, sendo 18 delas destinadas às videoconferências, em que dez são nominadas salas de “cooperação”, voltadas à realização das sessões de conciliação envolvendo processos nas esferas cível, de saúde e superendividados, e oito são chamadas salas da “harmonia”, em que acontecem as mediações dos processos oriundos das varas da Família. Fisicamente, o Judiciário cearense instalou 45 Cejuscs na Capital e no Interior.

EM ALTA

No ano de 2022, a Justiça estadual aumentou o número de audiências conciliatórias. De janeiro a dezembro, os Centros instalados em Fortaleza e no Interior, que atuam no Primeiro Grau, promoveram 33.129 audiências processuais e pré-processuais. Os dados representam aumento de 74,18%, se comparado ao mesmo período de 2021, quando foram registradas 24.578.

Foi identificado ainda um crescimento expressivo no quantitativo de acordos realizados em sessões de conciliação e mediação, passando de 7.803 composições no primeiro semestre de 2021, para 11.420 no mesmo período em 2022, incremento na ordem de 68,32%.

No Segundo Grau, os Cejuscs expandiram suas atividades em 2021 e passaram a incorporar o acervo das Turmas Recursais do TJCE, assegurando o atendimento consensual em toda a fase recursal. Em 2022, houve crescimento de 150% no quantitativo de audiências agendadas e de acordos realizados, totalizando 4.401 e 238, respectivamente.

“O resultado obtido no último biênio deixa a convicção de que se torna imprescindível a utilização dos meios de autocomposição das partes, resultando na aplicação da Justiça e contribuindo, decisivamente, para a cultura da paz”, destaca o supervisor do Nupemec, desembargador Carlos Alberto Mendes Forte.



Expansão do Cejusc de Sobral

COMO FUNCIONA

Na conciliação, o terceiro facilitador da conversa interfere de forma mais direta no litígio e pode chegar a sugerir opções de solução para o conflito. Já na mediação, o mediador facilita o diálogo entre as pessoas para que elas proponham as próprias soluções. ■



Partes entram em acordo durante audiência de conciliação

Tecnologia aprimora serviços e agiliza rotinas processuais

Mudanças chegaram ao Judiciário cearense para auxiliar os serviços de magistrados e servidores, otimizando a prestação jurisdicional

Emanuely Neri

Os novos recursos tecnológicos estão impulsionando as atividades judiciais, proporcionando inovações e avanços. É o caso do Robô “Clóvis”, ferramenta tecnológica que auxilia nas funções desempenhadas por magistrados e servidores da 5ª e 6ª Turmas Recursais de Fortaleza. O sistema eletrônico atua na leitura de planilhas para execução de atividades repetitivas. Com o programa, é possível movimentar uma média de 226 processos em 17 minutos, o que levaria cerca de três horas para ser realizado manualmente por um servidor. A iniciativa foi implementada em 2021.

O Robô “Clóvis”, apelido dado pelos colaboradores, desenvolve cinco tarefas distintas, sendo quatro delas voltadas para serviços de secretaria, enquanto uma é de uso exclusivo dos magistrados. Entre as atividades,

ele auxilia na introdução de processos na relação de julgamento. A tecnologia também atua na assinatura de processos para juízes titulares. O Robô consegue assinar cerca de 30 acórdãos em seis minutos. Se fosse feito manualmente pelo magistrado, o serviço teria a duração de pelo menos 40 minutos.

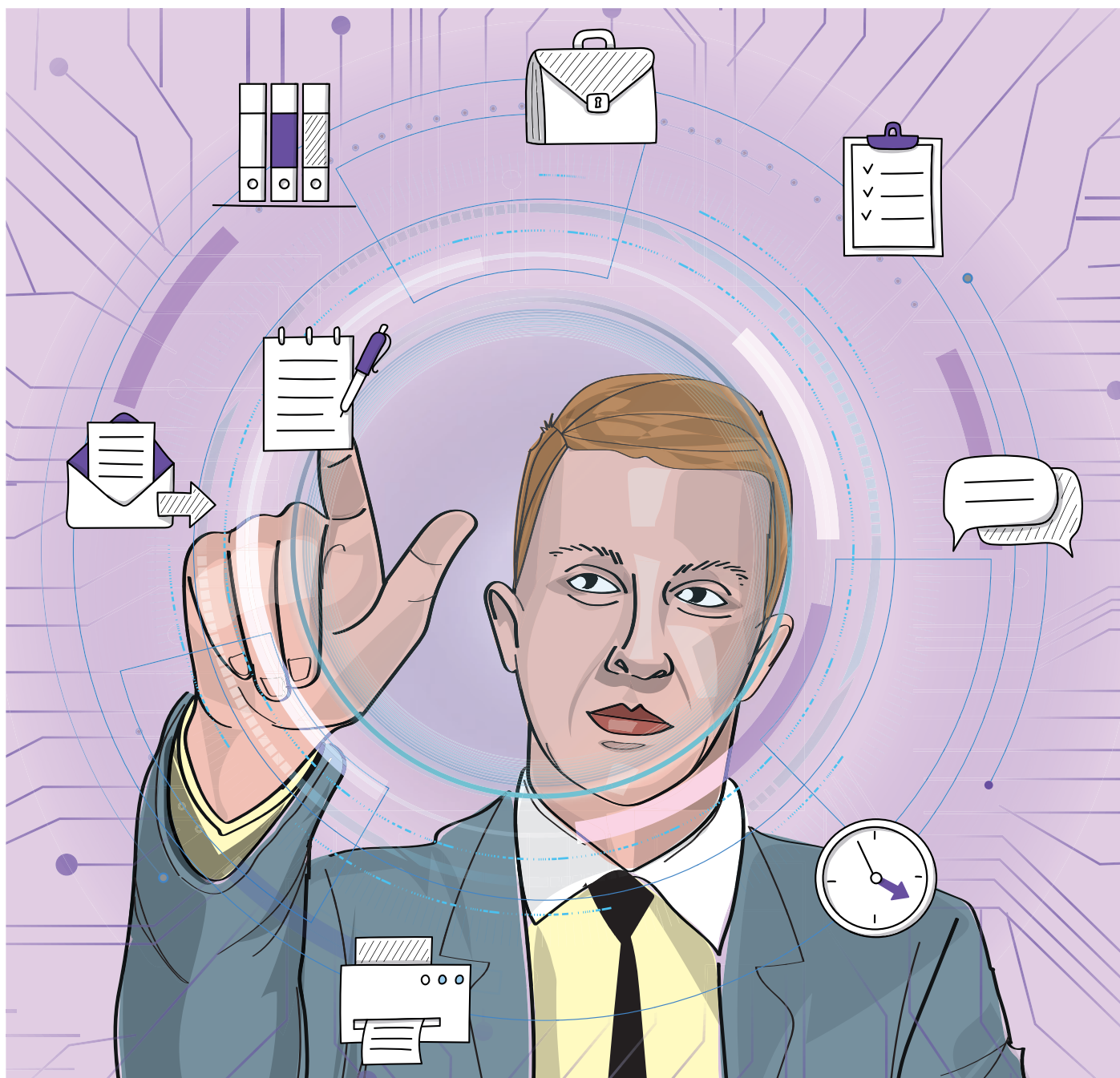
“Em um mundo cada vez mais interdependente e interconectado, torna-se necessária a existência de um grande investimento em tecnologia para promover uma transformação social, através da Justiça, de maneira inovadora. De fato, para o novo mundo, as atividades repetitivas e que não necessitam de um poder de escolha, deverão ser realizadas por uma máquina”, diz Samara de Almeida Cabral, juíza titular da 5ª Turma Recursal.

EVOLUÇÃO DIGITAL

Avanços do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) na área digital foram destaques durante o evento “Para uma Justiça Digital, Inclusiva e Sustentável: dias regionais de troca de experiências”, realizado de 2 a 7 de outubro de 2022, em Madrid, na Espanha. A convite do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Judiciário cearense, representado pelo vice-presidente, desembargador Abelardo Benevides Moraes, participou do encontro que reuniu autoridades judiciais da América Latina e do Caribe. Projetos do TJCE foram apresentados pelo magistrado, por meio de painel que exemplificou “A situação e desafios da digitalização” no Judiciário estadual, com destaque para o Programa de Modernização do Judiciário cearense (Promojud), que apresenta iniciativas inovadoras, focadas na

transformação digital, no aprimoramento dos serviços ao cidadão e no fortalecimento da Governança e da Gestão.

“Nós mostramos o êxito do nosso processo digital. Mesmo diante do incêndio ocorrido em 2021, no prédio do TJCE, tivemos todas as ações preservadas devido ao nosso investimento, que agora ainda tem o apoio do BID, através do Promojud”, enfatizou o desembargador, que esteve acompanhado do juiz auxiliar da Presidência do Tribunal, Ricardo Alexandre Costa, e do superintendente da Área Administrativa, Sérgio Mendes. O Tribunal cearense foi citado como vanguardista no processo de modernização. Hoje, o Judiciário estadual trabalha com todos os feitos processuais digitalizados.



INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Para agilizar demandas processuais, o TJCE contratou, em setembro de 2022, dois consultores especializados em Inteligência Artificial para atuarem no Serviço de Inovação da Secretaria de Tecnologia (Setin).

Os profissionais estão trabalhando nas atividades do Projeto “Inteligência Artificial na Prestação Jurisdicional”, com ferramentas que classificam o acervo processual em matérias para julgamentos temáticos. Eles também usam plataformas que auxiliam magistrados na identificação de possíveis precedentes, que são decisões judiciais tomadas em um caso concreto, que podem servir como exemplo para outros julgamentos similares. À frente da Setin, Denise Olsen destaca que a tecnologia torna o Poder Judiciário cearense “mais ágil na prática dos atos processuais, bem como facilita o acesso da população à Justiça”. ■



Reunião sobre expansão do PJe

Expansão e novos recursos do PJe impulsionam transformação digital

Sistema público disponibilizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) deve padronizar a tramitação de processos em todo o país

Carolina do Vale

O avanço na implantação do Processo Judicial eletrônico (PJe) foi uma das prioridades da Gestão 2021-2023 do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), representando um marco na transformação digital do Judiciário cearense. A iniciativa visa padronizar o trâmite dos processos nas unidades judiciais do Estado, por meio da adoção de uma única plataforma tecnológica que permite a prática e o acompanhamento dos atos processuais em meio digital, evitando o uso de múltiplos sistemas e ferramentas para essa finalidade.

Software público, gratuito e desenvolvido de forma colaborativa por diversos órgãos do Sistema de Justiça de todo o país, o PJe está sendo ampliado e aprimorado, consolidando-se como principal solução digital para automação das atividades dos tribunais, otimizando o trabalho de magistrados, servidores e operadores do Direito.

“O PJe foi desenvolvido pelo CNJ em 2013. Passou por constantes evoluções e encontra-se em um nível de maturidade e robustez, que o destaca entre os sistemas existentes. A substituição permitirá desvincular-se de contratos com sistemas privados e concentrar esforços, de pessoal e financeiros, no software público. É uma tarefa complexa, mas nos encoraja a mostrar a nossa capacidade de superação e adaptação”, afirmou a presidente do TJCE, desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira, em apresentação do projeto para magistrados e servidores, realizada em novembro de 2021.

No âmbito do Judiciário cearense, o PJe já era utilizado em Juizados Especiais e Turmas Recursais do Estado e, no segundo semestre de 2021, passou a ser expandido para as demais unidades. Esse trabalho vem sendo feito de forma gradual e cautelosa, tendo sido dividido em diversas fases,



ciclos e etapas, que envolvem, além da migração de processos e implantação da ferramenta, a realização de diversas capacitações, oficinas e encontros, em que são passadas orientações, esclarecidas dúvidas e coletadas sugestões de melhorias.

COMITÊ GESTOR

Em dezembro de 2021, foi criado o Comitê Gestor Estadual da Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro (PDPJ-Br), composto por magistrados e servidores do Judiciário, além de representantes da Defensoria Pública, do Ministério Público, da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Ceará (OAB-CE) e da Secretaria de Defesa Social, reforçando o diálogo e a parceria entre as instituições.

“O Tribunal de Justiça do Ceará tem procurado, dia a dia, avançar neste propósito de expandir as novas tecnologias em seus serviços, com o empenho de todos, seja de gestores, magistrados, servidores e do nosso corpo técnico com profissionais qualificados. Isso tem propiciado a melhoria do nosso trabalho, prestando um serviço de qualidade à nossa população”, enfatizou o desembargador Abelardo Benevides, vice-presidente do TJCE e presidente eleito para a próxima Gestão, durante visita de representantes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para acompanhar o andamento do Programa “Justiça 4.0” no Ceará, em maio de 2022.

A expansão do PJe teve início nas varas do Interior do Estado com ações de competência de Juizados Especiais Cíveis e Criminais, tendo sido realizado projeto-piloto nas Comarcas de Trairi e Itapajé, a partir de setembro de 2021. Em março de 2022, a ampliação chegou às ações das 1ª e 2ª Turmas Recursais. Em agosto do mesmo ano, um novo marco importante: a 2ª Vara da Comarca de Itaitinga foi escolhida pelo CNJ como primeira unidade do País a implantar o PJe nas competências da Execução Fiscal e da Fazenda Pública, inaugurando novos fluxos desenvolvidos para esta especialidade.

Esses fluxos trouxeram diversas novas funcionalidades, como: verificação automática de possíveis problemas de autuação; elaboração de intimações em lote; preparação de minutas de atos judiciais de forma automática em determinadas situações; e definição automática do prazo de suspensão dos processos, o que possibilita um melhor gerenciamento dos processos nessa situação.

NOVOS RECURSOS

Uma versão atualizada do PJe, lançada em julho de 2022, também viabilizou novos recursos, como: integração com diversos serviços de apoio à atividade

jurisdicional, tais como o Sisbajud e Renajud, dentre outros sistemas, por meio da Plataforma Digital do Poder Judiciário; novo painel de etiquetas e possibilidade de associar filtros de busca para refinar a seleção de processos, ferramentas que auxiliam a organização interna da secretaria e a priorização de processos, a fim de cumprir metas do CNJ.

“O PJe foi desenhado por várias mãos, com um pensamento de buscar um procedimento mais efetivo, que contemple e permita automações futuras. Hoje, é um sistema mais robusto, mais atualizado e com o maior potencial de aprimoramento”, explica o superintendente da Área Judiciária do TJCE, Nilsson Aragão, a respeito das diversas melhorias já entregues e em desenvolvimento.

A segunda fase de expansão do PJe abrange as competências de Execução Fiscal e Fazenda Pública (1º Grau), tanto da Capital quanto do Interior, além da Terceira Turma Recursal e das Câmaras e Seção de Direito Público do TJCE. Essa etapa está em andamento, com previsão de conclusão em janeiro de 2023.

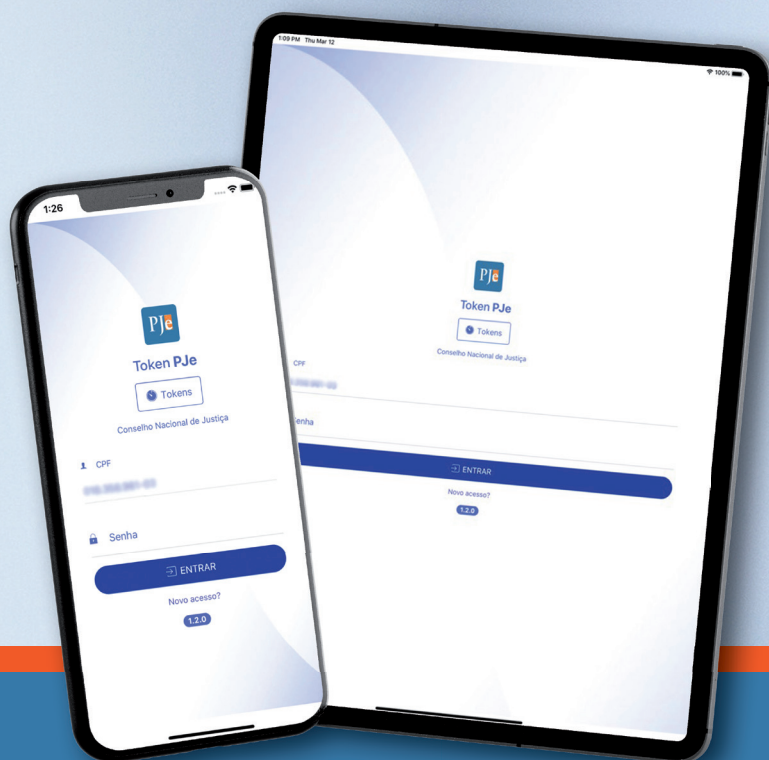


Grupo debate sobre implantação no Interior

INOVAÇÕES

Em outubro de 2022, os atos judiciais proferidos em processos que tramitam no sistema PJe passaram a ser publicados no Diário da Justiça Eletrônico Nacional (DJEN), plataforma mantida pelo CNJ. Já os atos judiciais oriundos de processos que tramitam no Sistema de Automação da Justiça (SAJ) e os administrativos em geral permanecem sendo publicados no Diário da Justiça do Ceará.

Outra novidade foi a disponibilização do aplicativo “Token PJe” para magistrados das unidades onde foi o sistema já foi implantado. A ferramenta permite editar minutas de atos processuais, fazer consulta de documentos e assinar atos decisórios por meio de dispositivos móveis, como celulares e tablets. “O uso do App Token PJe gerará maior agilidade e comodidade, trazendo o Processo Judicial Eletrônico para mais perto do magistrado, e o jurisdicionado será o maior beneficiado”, ressalta a juíza Ijosiana Cavalcante Serpa, gestora do PJe. ■





Aplicativo agiliza atendimentos de Juizado Móvel em caso de acidentes de trânsito

A ferramenta, lançada em dezembro de 2022, facilita a realização de acordos quando os acidentes de trânsito não envolvem vítimas

Camilla Carneiro

Na busca por uma maior aproximação com a população, o Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) lançou a ferramenta Juizado Móvel, disponibilizada no aplicativo TJCE, que contém outras funções, como: Ouvidoria, Canais de Atendimento e Consulta Processual. Disponibilizado em dezembro de 2022, o mecanismo permite a realização de acordos em casos de acidentes de trânsito sem vítimas, com valor de até 20 salários mínimos.

No local, é possível encontrar manual, vídeo explicativo e um formulário para preenchimento do acordo. Ao conhecer a ferramenta, a presidente do TJCE, desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira, lembrou que a tecnologia permite uma atuação mais

efetiva da Justiça em determinados casos. Já o desembargador Heráclito Vieira, à frente do Sistema de Juizados Especiais, destacou que a iniciativa está em sintonia com visão do Tribunal de Justiça, em “buscar novos olhares para a solução de problemas”.

O aplicativo, disponível para aparelhos com IOS ou Android, foi desenvolvido pela Secretaria de Tecnologia da Informação (Setin) do Tribunal. A iniciativa compõe uma das entregas do “Projeto de Fortalecimento do Sistema dos Juizados Especiais”, que tem como patrocinadora a juíza Sirley Cintia Pacheco Prudêncio, diretora do Fórum das Turmas Recursais, e como gerente Roberta Peixoto, e faz parte do planejamento de ações do Poder Judiciário do Ceará.

JUIZADOS EM NÚMEROS

Os Juizados Especiais julgaram 152.602 processos durante a Gestão 2021-2023. Só em 2022, os números foram os maiores da série histórica. Também foram baixadas 129.327 ações. Nos últimos dias à frente da Administração do TJCE, a desembargadora Nailde Pinheiro visitou as unidades de Juizados Especiais Cíveis e Criminais da Capital. Na ocasião, a magistrada agradeceu ao empenho e contribuição de cada um que colaborou para que a “nossa Gestão tenha um resultado tão exitoso. Tem sido muito gratificante

rever magistrados, magistradas, servidores e colaboradores”, pontuou.

A chefe do Judiciário cearense também ressaltou a importância da presença de Juizados nas universidades. “Muitos estudantes de Direito que acompanham o trabalho de vocês se inspiram no que veem aqui. O Poder Judiciário se sente prestigiado ao ser acolhido em universidades. São instalações diferenciadas”, concluiu. ■



A presidente do TJCE visitou os Juizados e agradeceu o trabalho realizado pelos colaboradores



Baixe o aplicativo através do QR CODE



**TRIBUNAL
DE JUSTIÇA**
DO ESTADO DO CEARÁ